

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

AURIMAR SILVESTRE SPALATTI

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO PRESSUPOSTO PARA REDUÇÃO DA  
VULNERABILIDADE INFANTIL NA COMUNIDADE DO BAIRRO GRANDE  
TERCEIRO EM CUIABÁ (MT)

São Leopoldo

2019



AURIMAR SILVESTRE SPALATTI

**A EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO PRESSUPOSTO PARA REDUÇÃO DA  
VULNERABILIDADE INFANTIL NA COMUNIDADE DO BAIRRO GRANDE  
TERCEIRO EM CUIABÁ (MT)**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Teologia  
Linha de Atuação: Educação Comunitária  
com Infância e Juventude

Orientadora: Dra. Gisela I. Waechter Streck

São Leopoldo

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S734e Spalatti, Aurimar Silvestre

A educação religiosa como pressuposto para redução da vulnerabilidade infantil na comunidade do Bairro Grande Terceiro em Cuiabá (MT) / Aurimar Silvestre Spalatti; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck. – São Leopoldo : EST/PPG, 2019.

73 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2019.

1. Psicologia infantil. 2. Comportamento de risco (Psicologia). 3. Negligência (Direito). 4. Políticas públicas. 5. Teologia. I. Streck, Gisela I. W. (Gisela Isolde Waechter), orientadora. II. Título.


Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

AURIMAR SILVESTRE SPALATTI


**A EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO PRESSUPOSTO PARA REDUÇÃO DA  
VULNERABILIDADE INFANTIL NA COMUNIDADE DO BAIRRO GRANDE  
TERCEIRO EM CUIABÁ-MT**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Linha de Atuação: Educação Comunitária com  
Infância e Juventude

Data de Aprovação: 02 de julho de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Isolde Waechter Streck (Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Nilton Eliseu Herbes (EST)

  
\_\_\_\_\_  
p/ Prof. Dr. Elivaldo Serrão Custódio (UNIFAP)



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, acima de tudo, a Deus que me proporcionou graça e forças para enfrentar os obstáculos e tornar tudo possível.

Agradeço ao meu querido esposo Marlon Márcio Spalatti (in memoriam) e a minha família, pelo apoio recebido durante todo o período do curso. À Coordenação do Curso de Mestrado e aos funcionários da Faculdades EST, em especial a orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Streck, por toda colaboração e paciência durante a elaboração deste trabalho.





## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a questão da vulnerabilidade infantil, da família negligenciada e negligente. Com isso, pretende rever a questão no que tange ao sistema das relações políticas públicas brasileiras, que tendem a disponibilizar recursos a classes menos favorecidas, ou seja, carentes, necessitadas dos benefícios outorgados a elas. A metodologia empregada é a bibliográfica, destacando a análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Constituição Federal. Os estudos e as publicações consultados revelaram que a situação da infância é muito vulnerável, de risco, em todos os aspectos ambientais e sociais ao seu redor, inclusive com grande ocorrência na própria família, comunidade, escola, rua e igreja. Constatou-se também a urgente necessidade de encontrar um caminho de modo a dar a sustentabilidade teológica no que tange à educação cristã, moral, ética, ao cuidado, à proteção às crianças e à resiliência. Pode-se alegar que o coração das crianças e adolescentes é de quem chega primeiro. É possível compará-lo a um terreno fértil para o plantio de valores, como o amor à família, à convivência na sociedade e à própria vida no percurso da infância. Por essa razão, percebe-se que não é cabível descuidar, negligenciar esses pequeninos. Acresce-se, ainda, que se pode afirmar que o centro de toda estrutura teológica se estabelece ao redor e a partir da criança. Na Bíblia Sagrada, no Livro de Mateus 19.14, Jesus disse: “Deixai os pequeninos e não os estorveis de vir a mim, porque dos tais é o Reino dos céus”. Essa Palavra de Jesus adverte mostrando as fragilidades, e coloca as crianças entre os grupos mais vulneráveis dos tempos de Jesus; de maneira exemplar, ele dedicava amor e carinho aos pequeninos.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade Infantil. Negligência Familiar. Políticas Públicas. Teologia.



## **ABSTRACT**

The goal of this research is to analyze the issue of infant vulnerability, the vulnerability of the neglected family and the negligent family. With this, it intends to review the issue with regard to the system of Brazilian public policies relations, which tend to make resources available to less favored classes, that is, to the needy, in need of the benefits granted to them. The methodology used is bibliographic, highlighting the analysis of the Statute of Children and Adolescents (ECA) and the Federal Constitution. The studies and publications consulted revealed that the situation of childhood is very vulnerable, at risk, in all environmental and social aspects around it, including with great occurrence in their own family, community, school, street and church. Also observed was an urgent need to find a way to give theological sustainability with regard to Christian education, morals, ethics, care, protection of children and resilience. It can be argued that the hearts of children and adolescents are of those who come first. It can be compared to fertile ground for the planting of values, such as the love of family, coexistence in society and life itself in the course of childhood. For this reason, it is clear that it is not appropriate to neglect these little ones. Moreover, it can be said that the center of every theological structure is established around and from the child. In the Holy Bible, in the Book of Matthew 19:14, Jesus said, "Let the little ones come to me; do not try to stop them; for the kingdom of heaven belongs to such as these." This Word of Jesus warns by showing weaknesses, and places children among the most vulnerable groups of Jesus' day; in an exemplary way, he dedicated love and affection to the little ones.

**Keywords:** Infant vulnerability. Family negligence. Public policies. Theology.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 FAMÍLIA E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Educação e sua importância no desenvolvimento infantil.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Família: negligente ou negligenciada? .....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 Violência doméstica e intrafamiliar .....</b>	<b>30</b>
<i>2.3.1 Fatores de risco para a violência intrafamiliar .....</i>	<i>32</i>
<i>2.3.2 Fatores de proteção ao desenvolvimento infantil .....</i>	<i>34</i>
<i>2.3.3 Reflexos da violência no desenvolvimento da criança .....</i>	<i>37</i>
<i>2.3.4 Trauma da infância e as suas consequências na vida adulta .....</i>	<i>39</i>
<b>3 RESILIÊNCIA: UM MECANISMO IMPORTANTE PARA SUPERAÇÃO DOS TRAUMAS.....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 Desenvolvimento da resiliência.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 Fortalecimento da resiliência .....</b>	<b>49</b>
<b>4 PROPOSITURA DE UMA NOVA VISÃO DENTRO DO CONTEXTO DA HERMENÊUTICA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1 Uma proposta criativa diante da problemática da violência e do abandono     infantil, com base na experiência vivenciada no projeto desenvolvido com as     crianças do bairro Novo Terceiro em Cuiabá (MT) .....</b>	<b>54</b>
<i>4.1.1 Teologia hermenêutica aplicada: parábola do bom samaritano .....</i>	<i>58</i>
<i>4.1.2 A insignificante semente de mostarda que se transformou numa robusta         árvore.....</i>	<i>60</i>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>



# 1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade no processo do desenvolvimento da criança pode ser compreendida como falta de cuidado da pessoa responsável, como: mãe, pai, tia, tio, empregada doméstica; ou em instituições, como escolas, creches, igrejas. Com isso poderão ocorrer problemas dos quais a criança terá graves consequências, às vezes até irreparáveis no processo de seu desenvolvimento, causadas pelos maus-tratos, descuidos, ou até mesmo por terem sido negligenciadas pelas pessoas adultas responsáveis por elas. Vê-se que são vários fatores que intervêm nesse contexto da vulnerabilidade. Evidentemente, pode-se alegar que a falta de apoio da gestão pública tem se evidenciado como um fator preponderante. É sabido que existem muitos projetos sociais, no entanto, sem ação, não executados. Também é perceptível que, às vezes, a má distribuição das verbas voltadas para esse objetivo, metas, não correspondem às demandas.

Portanto, a problemática da vulnerabilidade infantil pode estar ligada à negligência, não somente no que tange aos responsáveis em cuidar e proteger, como se vê a questão da propositura do governo em negligenciar essas famílias, por não lhes oferecer subsídios, suporte, ou seja, sustentabilidade para criar, educar, seus filhos e suas filhas. Cabe ressaltar que existem muitas crianças e adolescentes fora da escola, por razão de circunstância de transporte para levá-las à instituição de ensino. A disponibilidade de transporte faz-se necessária aos pais e às mães ou por que não dizer, às vezes, mães que precisam trabalhar fora para trazer o sustento para casa. Diante de fatos assim, como essa mãe poderá levar sua criança para a escola, sendo que muitas vezes a vaga oferecida para estudar fica numa escola longe de sua residência? Vê-se, no caso, a falta de apoio das políticas públicas. São, pois, várias situações adversas que se tornam obstáculos para esses grupos de famílias.

Lamentavelmente, vê-se que existe negligência, abandono, elevado descuido, descompromisso por parte do governo, ou seja, do Estado e pode-se alegar a falta de espírito de empreendedorismo voltada para esse público. É notória essa situação de vulnerabilidade infantil, destacando-se em noticiários locais e nacionais, como jornais, revistas e manchetes. Cabe ressaltar que vulnerabilidade está em todo aspecto da vida fragilizada da convivência humana. Efetivamente, pode-se alegar que

a vulnerabilidade está associada a outras relações, como: a educação, relacionamento humano entre os próprios familiares e também a saúde.

É notório ver a questão dos comportamentos das crianças na escola. Elas vão para a escola com uma bagagem que advém da própria família, às vezes desestruturada. E pergunto “Como trabalhar, na escola, essa roupagem trazida de casa?” e “Onde entra o papel do psicólogo, psiquiatra?”. Não existe esse apoio vinculado à escola, para dar sustentabilidade à família.

Vale ressaltar que, por estarem em fase de desenvolvimento, crianças e adolescentes tornam-se mais suscetíveis às influências do ambiente físico e social em que se encontram, tornando-se necessário cuidado, estar antenado, de modo que possa prevenir a violência evitando com isso prejuízos em sua formação.

Desse modo, nota-se que o estado de vulnerabilidade, resultante da falta de cuidado no que tange ao seguimento de desenvolvimento da criança, pode trazer consequências e prejuízos graves à saúde desses indefesos, não apenas no aspecto físico, mas também intelectual, psicológico e social, com consequências que irão refletir diretamente na sua vida adulta. A vulnerabilidade social das famílias do Brasil está inserida na rotina do dia a dia na história de nossa sociedade como um todo; inclusive, destacando-se em noticiários locais e nacionais.

Cabe ressaltar que vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de situação de risco, uma circunstância, um momento que se vincula à situação de abandono, descompromisso em relação ao cuidado das crianças e adolescentes; situação que afeta as famílias de menores condições econômicas, pode-se alegar, menos favorecidas. Evidentemente, vê-se que as crianças e adolescentes estão no processo, ou seja, em condições de fragilidade, indefesos, de modo que dependem dos adultos para protegê-los e atender suas necessidades básicas; sendo assim, evidentemente eles ficam sujeitos em todos os aspectos ambientais, que se encontram, com isso, ficam à mercê de possibilidades de risco.

Em geral, são originados de famílias muito problemáticas, alguns casais separados, pobreza extrema, sem qualidade de vida. Diante do exposto, vê-se a falta do não cumprimento das responsabilidades cabíveis às pessoas que estão inseridas no contexto de cuidar. É notório que a situação da vulnerabilidade contextualizada no prosseguimento do desenvolvimento na infância pode ser compreendida como a



probabilidade de a criança padecer consequências ou traumas em seu desenvolvimento, provocados por vários fatores envolvidos.

Diante disso, as crianças procuram ocupar as ruas, na esperança de encontrar algo que possa preencher o vazio. Elas vão para as ruas, não porque querem, mas por falta de opção, oportunidades, cuidados, afeto, amor e proteção. No entanto, elas são sempre abandonadas, descuidadas. Não existe ninguém que possa protegê-las, olhar com um olhar de justiça, de amor, para lhes dar a garantia do direito de pelo menos ser como crianças. Portanto, compreende-se que a criança que vivencia o seu dia a dia na rua está exposta a toda sorte de maldade e, por que não dizer, riscos como drogas, álcool, cigarros, prostituição, exploração sexual por sobrevivência e gravidez precoce; além de se encontrar em constante situação fragilizada.

Cabe salientar que existem leis de sobras, porém são necessários mecanismos que façam sair do papel, colocar em evidência, em prática, em outras palavras, fazer valer, executar, entrar em ação, de modo que possa contribuir para um processo de transformação.

A criança encontra-se, pois, em uma situação de perigo, desconforto e fragilidade. Diante desse fato, o que posso fazer para que mude esse cenário? Preciso fazer hoje? Certamente que sim, porque amanhã talvez se punirá essas crianças, por se encontrarem na condição de criminosas, fraudulentas. Entende-se que o social e o econômico devem andar juntos. É importante salientar que, atrás de cada criança nessa condição de vulnerabilidade, existe uma triste história, pode-se ponderar pessoal, individual, às vezes com marcas profundas pelos maus-tratos, negligências. Esses são alguns retratos dos grandes problemas que atingem várias famílias negligenciadas pelas políticas públicas de nosso país.

A Bíblia traz um relato sobre a situação do “Bom Samaritano”, quando um homem cai, machuca e não consegue nem se mexer. Porém, muitos passam ao largo, não querem ajudar, talvez porque fosse precisar de investimento, tempo e por aí vai. Mas, em um certo momento, vem um sacerdote e, como é religioso, com certeza devesse ajudar, mas nega a ajuda, passa de longe; vê mas não pode fazer nada. Vem agora outra figura – o levita; é alegre, talvez possa fazer alguma coisa, mas também vê e passa de longe. Mas de repente surge um bom samaritano; ele olha, vê, para, carrega e socorre. Esse fez a diferença. Comparativamente, cabe destacar que o

futuro das crianças depende de nós, pode-se construir, incentivar, motivá-las e envolvê-las em projetos sociais.

Evidentemente, essa é a situação de vulnerabilidade infantil. Precisamos ter uma visão holística em relação à prevenção dentro desse contexto e do que precisamos fazer para que mude esse cenário de angústia, dor e sofrimentos no que tange a crianças e adolescentes. Portanto, não devemos passar ao largo, mas rever, estudar as questões de projetos sociais sérios, que proporcionam transformações a esses grupos. Implantar políticas públicas sociais de modo que beneficiem essa classe menos favorecida, desprovida social e economicamente.

Observa-se que essas crianças sobrevivem em condições precárias no que tange a alimentação, higiene, educação, afetividade, amor, lazer e também a questão da saúde. Evidentemente, é negado o direito de ser criança, viver como criança sem acreditar em um futuro próspero e sequer esperar ter uma qualidade de vida digna, para a qual a própria Constituição Federal dá a garantia e o direito.

Diante disso, vê-se a suma importância de a criança estar em um ambiente seguro, onde a aprendizagem seja beneficiada, tendo pessoas adultas habilitadas para orientá-la e dispostas a motivar, estimular seu potencial. Evidentemente, pode-se alegar que são bem poucas as famílias em situação de vulnerabilidade que possuem a condição no sentido de tempo, cuidado, e também a facilidade de oferecer materiais didáticos, estratégicos, como jogos, teatros, dinâmicas, uma educação criativa, para um aprendizado mais contemporizador às crianças.

Os índices reunidos pela Fundação Abrinq, e divulgados por meio do Observatório da Criança e do Adolescente, revelam dados alarmantes sobre a violência infantil no Brasil.<sup>1</sup> A análise de apenas um dos indicadores já denota esta triste realidade. O indicador que registra os casos notificados de negligência e abandono contra crianças e adolescentes aponta um crescimento de 3.630 casos em 2009 para 25.994 em 2016. São registradas anualmente milhares de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes por meio do Disque 100, e o que se observa é que a maior parte está relacionada a casos de negligência, violência psicológica, violência física e sexual.

---

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário de infância e da adolescência no Brasil 2018**. São Paulo: Nywgraf Editora Gráfica Ltda, s/d. Disponível em: [https://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario\\_da\\_infancia\\_2018\\_internet.pdf](https://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario_da_infancia_2018_internet.pdf). Acesso em: 14 dez. 2018.

Neste trabalho, são apresentados os fatores sociais relacionados à violência e abandono infantil, buscando conhecer a realidade e os problemas que mais afetam o desenvolvimento infantil em nosso país. Por meio de uma pesquisa sistemática da literatura relacionada ao tema, busca-se proporcionar o conhecimento e identificar os principais causadores da vulnerabilidade infantil.

No estudo, apontam-se as ações governamentais e sociais de intervenção no combate aos fatores de risco no que tange ao processo da infância e adolescência. Trata-se de experiência vivida pela pesquisadora com as crianças da comunidade do bairro Grande Terceiro em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, em que são apresentadas propostas de ações, dentro da realidade social da comunidade, que buscam minimizar o impacto dos fatores que interferem negativamente no desenvolvimento infantil.

A Constituição Federal, no Artigo 5º, garante os direitos aos cidadãos, tais como: vida, moradia, lazer, educação, saúde. No entanto, dessas crianças é roubado o direito. Evidentemente, vê-se que são crianças que numa idade tão tenra já trazem consigo uma cruz tão pesada, marcas profundas, sequelas. Como entender quantas crianças dormem na rua, nas calçadas, viadutos, fora da escola, da família, sem cuidado, proteção, amor, afeto? Com isso, perde sua identidade, nome, endereço, família. E surgem os apelidos fortes, desclassificando o ser humano. Diante disso, para esse grupo não resta um amanhã melhor, não há a mínima esperança. Porém, são crianças vulneráveis, frágeis, cidadãs, se é cabível dizer assim, que, por não terem reconhecidas / adquiridas as garantias de seus direitos como criança, não sabem como fazer diante das condições do mundo em que vivem e na quais estão inseridas.

Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente, é um instrumento, mecanismo que disponibiliza medidas de garantias e proteção à criança e adolescente principalmente no ambiente familiar. Assegura a todos os brasileiros até aos 18 anos todos os direitos propostos a fim de assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, social e condições de liberdade e dignidade. Vale ressaltar, que é assegurado o afastamento no que concerne o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores e negligenciado ou deixar de cumprir.<sup>2</sup>

Diante da abordagem, no que tange à vulnerabilidade, voltada ao desenvolvimento da criança e adolescentes, presente nesse contexto, pretende-se

---

<sup>2</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 nov. 2018.

descrever, ou seja, apresentar, elaborar uma proposta que poderá contribuir para reduzir a vulnerabilidade infantil, nos dias em que vivemos no que se refere a situações de crianças de famílias na condição de vulnerabilidade. Cabe destacar que, na realidade, existem crianças em cujas histórias de vida estão escondidas várias histórias tristes, como desprezo, incompreensão e maus-tratos sofridos. Com isso, desalentadas, vão para rua em busca de algo que possa preencher o grande vazio, que corrói a alma.

Diante dos fatos, faz-se necessário criar-se um projeto de impacto das políticas públicas voltado a prevenir e inibir a violência infantil: implicações para a Psicologia Social Comunitária, tais como teatro música, danças, jogos, esportes, palestras, seminários com filhos e filhas e pais e mães. Também é imprescindível envolver líderes religiosos, como padre, pastores e profissionais da área (como psicólogos, advogados, educadores).

Este relato de pesquisa está estruturado em quatro capítulos. O primeiro é a introdução em que se apresenta a proposta de trabalho. O segundo expõe as questões sobre a família, sua função e seu papel, especialmente no que tange ao desenvolvimento das crianças. São analisados os aspectos preponderantes, as situações de risco e a necessidade de proteção, cuidados e acompanhamento para que esse desenvolvimento seja saudável. O terceiro capítulo apresenta a resiliência como uma possibilidade de auxiliar na superação de traumas e dificuldades enfrentados pelas pessoas, especialmente pelas crianças que vivem em situações de vulnerabilidade. O quarto capítulo é mais propositivo e traz uma fundamentação teológica que subsidia um engajamento e uma postura de responsabilidade perante situações de vivencia de vulnerabilidade infantil. Ao final, termina-se com uma breve conclusão.

## 2 FAMÍLIA E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O termo *família* pode ser compreendido como o grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou de convivência. A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas.<sup>3</sup>

Vê-se que, no momento atual, no século XXI, é notório observar-se a mudança na estrutura da família. No entanto, existem vários fatores que influenciam na mudança da estrutura da família, como: divórcio, independência feminina, condição sexual e outros, enfim. Faz-se necessário ressaltar a importância da necessidade de observar e cumprir o papel proposto em relação à função da família quanto a educação, de modo a ensinar aos filhos e às filhas o caminho do dever e as obrigações. Como diz a Bíblia Sagrada, em Provérbios 22.6: “Instrui o menino no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer, não se desviará dele”.<sup>4</sup>

A obrigação e dever dos pais ou responsáveis pelo cuidar da criança e do(da) adolescente é ensinar a eles os valores, a educação, os limites, para uma saudável convivência na família, na escola e na sociedade. É de suma importância estar-se atrelado e seguro acerca do papel da família quanto ao desempenho de suas atribuições, quanto às suas obrigações e deveres, quanto ao cumprimento de sua função de ensinar, defender e proteger a criança. Para tanto, vê-se que existem pais ou responsáveis negligenciando, sem interesse em dar a devida cobertura, assistência, cuidado, afeto à criança. Com isso, acarretam-se danos e consequências irreparáveis na sua formação como cidadão. Diante disso, com certeza o resultado desse processo de desenvolvimento infantil, no seu aspecto individual, intelectual, moral, espiritual será insatisfatório, e poderá refletir na família, escola, sociedade como um todo. É interessante observar que necessário se faz dar prioridade no que tange à responsabilidade e ao cuidado no processo do desenvolvimento infantil, pois trata-se de indivíduos indefesos e incapazes de discernir a mão direita da esquerda, o certo e do errado.

---

<sup>3</sup> BRASIL. **Terminologia da Saúde**. Tesouro MS. Disponível em: <http://bvsmms2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=2910&n=1&s=5&t=2>. Acesso em: 12 nov. 2018.

<sup>4</sup> Todas as citações bíblicas são da versão da **BÍBLIA Online**. [Internet] [s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Lamentavelmente, o que se vê – a negligência quanto aos cuidados do menor – não está inserido somente no contexto de família em situação de pobreza ou menos favorecida. Diante dos fatos, é preciso compreender que esta situação de irresponsabilidade está instalada em todas as classes sociais, tanto em famílias abastadas, como em famílias menos favorecidas, ou seja, pobres economicamente.

Vale repetir e elucidar: não necessariamente a vulnerabilidade está simplesmente relacionada à pobreza, mas efetivamente à família com alto nível de instrução intelectual, a qual negligencia cumprir seu papel de responsabilidade sobre o menor. Sendo assim, desconhece a importância fundamental do alicerce na vida infantil, período da vida em que teria de estar investindo na qualidade de vida, na instrução de valores e princípios morais e éticos de modo a proporcionar à criança, futuro adulto, uma vida justa e com dignidade.

Neste sentido, existem pais ou responsáveis para quem a criação dos filhos não é prioridade, negligenciam argumentando acúmulo de atividades, esquecendo-se dos valores principais que deveriam sobrepor na construção de vida, no processo de desenvolvimento da infância. Dessa forma, pode-se compreender essa questão por analogia à construção de um edifício, casa, cuja base precisa estar bem fundamentada, estruturada, senão cairá, por motivo de descuido, insensatez. É interessante observar que a Bíblia relata um grande e belo exemplo, no que concerne à estrutura de um edifício, a qual necessita estar bem firmada. Portanto, no texto bíblico, no livro de Mateus 7.24-27), lê-se:

v. 24- Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha. V. 25- E desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e não caiu, porque estava edificada sobre a rocha. v.26- E aquele que ouve estas minhas palavras e as não cumpre, compará-lo-ei ao homem insensato, que edificou a sua casa sobre a areia. v.27- E desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e caiu, e foi grande a sua queda.

Diante dos fatos, evidentemente, compara-se a família, bem estruturada, bem fundamentada, alicerçada no que tange a princípios cristãos, educacionais, morais e éticos, e que servirá de base para a sociedade como toda a uma casa bem edificada.

Diante disso, a criança crescerá e dará bons frutos, em todos os aspectos, tanto no âmbito familiar, escolar e social. Para tanto, se houver a

desresponsabilização e descompromisso, descuido por parte dos responsáveis, ocorrerão resultados negativos e inesperados.

Vale ressaltar que o futuro da criança depende de todos nós. O que se pode e é preciso fazer hoje, não poderá ser deixado para depois. É uma importante missão para garantir um futuro mais digno às crianças. Evidentemente, a criança bem cuidada e intelectual, moral e espiritualmente nutrida terá seus valores arraigados e, com certeza, sobreviverá a um mundo de desigualdades sociais, terá resiliência.

Diante dos fatos, vê-se que os pais, mães ou responsáveis em cuidar da criança alegam não ter tempo para dedicar-se ao filho e à filha, no que tange a amor, ensino, afeto, carinho, valores e princípios de boa convivência. Desta forma, andam exacerbados, em atividades excessivas, como carga horária de trabalhos, e esquecem-se de que o mais importante é a família. Neste sentido, família bem cuidada e ensinada proporciona melhor qualidade de vida, em todos os aspectos. Com isso, são vistos vários motivos, originados na infância, que levam a um vazio muito grande, e ocasionam que a criança busque na rua algo que possa preencher essa lacuna, trazida pelo desprezo, falta da valorização do ser, como pessoa, como ser humano. Conseqüentemente, é importante frisar que a criança deveria sentir-se segura, amada, valorizada no seio da própria família. Nesse sentido, pode desencadear transtorno psicológico, psíquico, mental na vida da criança, às vezes irreparáveis; desse modo, em seu coração, nasce o sentimento de rejeição, desprezo, falta de valor e frustrações.

Conforme se observa o texto bíblico, há uma reflexão exatamente sobre a construção, no que se observa a necessidade de a base estar bem fundamentada, firmada, com os elementos necessários para que essa construção não venha a sofrer nenhuma fatalidade, ou seja, desabamento, queda. Entretanto, é preciso frisar que é exatamente durante a fase do processo de desenvolvimento infantil, que é preciso injetar bons “produtos”, ou pode-se dizer “remédios” para um crescimento firme, fundamentado, com alicerce bem estruturado, que são os bons ensinamentos. Esses ingredientes são a garantia dos direitos que estão inseridos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Constituição Federal (CF), que dão o direito de ser criança e de gozar os privilégios; no entanto, é negado. Lamentavelmente, as crianças são indefesas e não sabem nem como argumentar e fazer valer seus direitos já

estabelecidos, legalizados por leis. Desta forma, percebe-se que muitas vezes a triste realidade da criança é bem diferente da realidade em que se vive.

Nos dias atuais, cabe destacar que se está vivendo em uma sociedade egoísta, egocêntrica, na qual o pai, mãe, avó, avô e/ou parente muito próximo, que deveriam proteger, estão matando seus próprios filhos, netos, sobrinhos. Tudo isso, é comumente encontrado nos jornais, noticiários, televisão e outros meios de comunicação.

Vale ressaltar que a educação com base nos princípios bíblicos fortalece o caráter e desenvolve a cidadania cristã. É sabido que, nos tempos mais antigos, a educação começava no lar e se fortalecia no meio da família. Com o passar dos tempos, a educação formal passou a utilizar-se das instituições educacionais para desenvolver o processo educativo.

Percebe-se que, quando os pais ou responsáveis em cuidar no processo do desenvolvimento da criança cumpriam seu papel, dedicavam-se ao ensino da educação, valores e princípios, as crianças demonstravam comportamentos mais apurados, agradáveis, na família, na escola e na sociedade. É lícito lembrar-se de quando uma criança levantava para dar lugar aos mais velhos sentar, muito diferente dos dias atuais. Hoje, para que um idoso tenha seu direito garantido, necessário se faz criar lei para intervir, para assegurar. Rememora-se ainda quando a criança cumprimentava “bom dia”, “boa tarde”. E hoje quase não se vê esse tipo de comportamento. Por quê? Quem é culpado? Que tipo de geração está se formando? Portanto, é oportuno dizer que o ato de educar, cuidar, ensinar, é inerente ao ser humano, é a maior herança, o legado deixado para aqueles que o(a) cercam; muitas vezes dá a entender que é um processo invisível, mas de grande valia. No entanto, pode-se conceber que a educação é a herança que se carrega e que forma o indivíduo como cidadão de bem.

É preciso compreender que a educação é um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento de caráter, personalidade do cidadão. Faz-se um contraponto, parece até um exagero, mas a experiência comum demonstra que, na escola, os valores morais e éticos são desprezados. No entanto, vê-se que esse é o tipo de ensino que despreza os princípios bíblicos da Palavra de Deus.



Evidentemente, a educação verdadeira prepara o cidadão consciente para exercer seu papel construtivo a sociedade. Portanto, pode-se afirmar que a educação é um processo contínuo de desenvolvimento e aperfeiçoamento na vida do cidadão. Diante dos fatos, por essa razão, todos os esforços devem ser feitos para proteger, cuidar, zelar da família, pois é o bem maior, uma grande herança, de valor imensurável.

Michele Lino, ao citar Alencar (1985), diz que “cabe à família – por meio de sua força modeladora garantir aos seus membros a socialização através da transmissão de valores, crenças e costumes sociais. Sendo assim, atribui-se a ela, também, a responsabilidade por possibilitar a união dos seus membros baseada no amor e no afeto”.<sup>5</sup>

A família possui um papel primordial no amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, apresentando algumas funções primordiais, as quais podem ser agrupadas em três categorias que estão intimamente relacionadas: funções biológicas (sobrevivência do indivíduo), psicológicas e sociais

Elisângela M. M. Pratta e Manoel A. dos Santos ressaltam que a família executa um papel fundamental para o processo de amadurecimento e desenvolvimento biológico, social e psíquico das crianças. A função biológica desempenhada pela família está em garantir a sobrevivência, oferecendo os cuidados necessários para o desenvolvimento adequado da criança. A função social consiste na transmissão da cultura e no preparo para o exercício da cidadania. A função psicológica reside em oferecer afeto para garantir a sobrevivência emocional da criança, de modo a dar sustentabilidade, equilíbrio no que tange à situação de ansiedades, conflitos no seu convívio social e ambiental. Isto posto, vê-se como a família ao auxiliar a criança na superação das crises, cria um ambiente adequado, possibilita a aprendizagem e contribui, assim, para o desenvolvimento cognitivo.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> LINO, Michelle Villaça. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. **Revista Instituto de Gestalt – Terapia e Atendimento Familiar (IGT)**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 2-13, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/IGTnR-2009-240.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015. p. 5.

<sup>6</sup> PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel. Antônio dos. Família e adolescência a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio-ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015. p. 250.

No que se refere ao desenvolvimento social, portanto, o papel da família, consiste em repassar valores através da convivência com o outro para o convívio em sociedade, influenciando nas tomadas de escolhas, atitudes em todos os processos de desenvolvimento da infância.

## **2.1 Educação e sua importância no desenvolvimento infantil**

É preciso compreender a suma importância da educação de qualidade no desenvolvimento infantil. Convém destacar que a idade de investir, agregar os valores, princípios e limites na infância, de modo que o(a) menino(a) tenha um caráter e personalidade formada, é entre a idade de 2 a 6 anos. É exatamente nesse período que está perceptível a construção de seu conhecimento, pode-se dizer a base, o alicerce da vida toda.

A partir deste entendimento, vê-se a necessidade da qualidade de quem cuida, o que oferece, o que está sendo ensinado, agregado na construção, formação do indivíduo em fase do desenvolvimento infantil. De qualquer modo, é fundamental observar qual o perfil do educador, profissional, o que está sendo agregado, oferecido para a construção e formação do conhecimento da criança. No entanto, é preciso frisar a preocupação desse profissional, que acompanha o desenvolvimento infantil, pois o resultado no processo é o que é inserido, ensinado. Entende-se que a transmissão de uma boa educação durante a infância, especialmente dentro do contexto familiar, é fator determinante e inestimável para a formação do indivíduo em relação ao seu futuro.

Na Bíblia Sagrada, em Provérbios 22. 6, estabelece-se este princípio: “instrui o menino no caminho em que deves andar, e até quando envelhecer, não desviará dele”.

Diante dessa reflexão bíblica, os pais devem comprometer-se no que tange ao ensino e à disciplina de seus filhos; assim sendo, observa-se que o ensino bíblico no lar, na família tem como propósito dar suporte e apoio de como cuidar da criança para que haja uma formação adequada e que garanta seu futuro. Instruir a criança com base nos princípios bíblicos fortalece os valores familiares, o caráter e a personalidade do cidadão.

Por um lado, inegavelmente representou um avanço, pois expandiu o conhecimento para áreas em que o ambiente familiar antes não era alcançado. Contudo, neste processo, valores fundamentais e princípios de uma boa educação foram perdendo relevância. Atrelados ao processo de educação formais estão inseridos os limites, valores morais e éticos, os quais significam impor limites claros de comportamento aos filhos, regras necessárias à boa convivência familiar e social.

Vê-se que os ensinamentos bíblicos de Provérbios 29, versículo 15, afirmam que “a vara e a repreensão dão sabedoria, mas o rapaz entregue a si mesmo envergonha a sua mãe”. Nota-se no texto, um ato simbólico que destaca consequências quando ocorre o processo da negligência, descumprimento do compromisso, desresponsabilização do dever e das obrigações no que tange aos cuidados.

Portanto, permite-se afirmar que os pais são cúmplices dos erros por razão de negligenciar, não proporcionando o devido suporte em todos os aspectos, contribuindo com isso na formação da criança. As palavras vara e repreensão remetem a uma instrução rígida, que jamais pode ser confundida com violência. Aduz que para que ocorra um processo adequado, precursor, com a qualidade de vida, em relação ao desenvolvimento infantil, necessário se faz implantar o processo educacional, cristão, ético e moral. Com isso, busca-se proporcionar uma garantia na construção da estrutura na infância.

A própria Constituição Federal (CF) de 1988 aborda e fundamenta o reconhecimento da importância da educação e constitui, no Art. 205, como um dever de todos, inclusive da família:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.<sup>7</sup>

Andrea R. Amin afirma que educar significa orientar a criança, desenvolvendo sua personalidade, aptidões e capacidade, conceder instrução básica ou elementar,

---

<sup>7</sup> BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 27 nov. 2018.

ensino em seus graus subsequentes, incluindo a orientação espiritual.<sup>8</sup> A Constituição Federal, no Art. 227, impõe, primeiramente, à família “a responsabilidade de assegurar às crianças o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Posteriormente, outorga ao Estado e à sociedade este mesmo dever. No mesmo artigo, a Carta Magna impõe o dever de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer situação de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>9</sup>

## 2.2 Família: negligente ou negligenciada?

O dicionário Michaelis Online define o termo negligência como “1. Falta de vigilância; descuido, desídia, desleixo; 2. Sentimento de que alguém ou alguma coisa não merece sua atenção ou respeito; desatenção, desinteresse, menosprezo”. Convém mencionar que, no âmbito familiar, pode ser entendido como negligência o que tange à omissão de proteção, cuidado da criança e adolescente; com isso, capaz de colocar em risco sua vida, sua saúde, sua segurança e afetar seu desenvolvimento.<sup>10</sup>

A partir dessa definição, surge o questionamento sobre qual o momento em que se pode qualificar uma família como negligente. Evidentemente existem alguns tipos de pais, que não têm interesse na participação da educação do filho, negligenciando seu dever e obrigação, para que haja um bom desenvolvimento com perfeita sintonia.

Vale ressaltar que, nos dias atuais, existem pais que tratam filhos como coisas, sem ter a preocupação de acompanhar seu desenvolvimento. Alegam vários fatores causadores dessa situação de negligência. Alguns fatores preponderantes são referentes a questões de excesso de trabalho, reuniões e outros compromissos. Não obstante, sequer entendem que os filhos e família são prioridades e não devem ser

---

<sup>8</sup> AMIN, Andrea Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. *In* MACIEL. Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e dos Adolescentes aspectos teóricos e práticos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 275.

<sup>9</sup> BRASIL, 2016, Art. 227.

<sup>10</sup> DICIONÁRIO eletrônico Michaelis de Português. São Paulo: ed. Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/neglig%C3%Aancia/>. Acesso em: 23 set. 2018.

tratados como coisa; inclusive, a lei coíbe, combate a violência e negligência ao menor.

Ao confrontar com a realidade brasileira, nota-se que existem situações de família, negligenciadas pelas políticas públicas. Evidentemente, observa-se que muitas das vezes a criança não vai à escola, por falta de apoio do governo, através de políticas públicas, como sustentáculo para a família na criação dos filhos. Por exemplo, é oferecida a vaga para o(a) filho(a) muito distante da residência, e como levá-lo(a), se não há condições para os responsáveis levarem? Isso porque a mãe precisa trabalhar para ajudar no sustento da casa. Diante do fato, é de suma importância frisar que discutir as questões sociais que interferem na concepção de negligência no cuidado da família não isenta a responsabilidade familiar nas situações que ocorrem dentro da própria casa. Sendo assim, os cuidados da criança são prioridade e necessários, de modo que existem fatores de negligência que submetem a criança em estado de perigo.

Maria Lívia Nascimento colabora com a descrição, definida pela negação, a família negligente é considerada “culpada” por suas estratégias de sobrevivência, atuada pelo que “não fez”, por uma falta de ação no provimento das necessidades da criança. No entanto, observa-se que muitas famílias vivem em situações de pobreza, miséria e fragilidade. Diante desse cenário, o que fazer para cumprir suas obrigações e deveres constituídos nas leis?<sup>11</sup>

Evidentemente, vê-se que a família às vezes não consegue disponibilizar, ou seja, oportunizar à criança o que ela necessita, direitos e garantias fundamentais que estão inseridos na própria Carta Magna. Trata-se de necessidades básicas, que, se satisfeitas, estariam proporcionando um bom desenvolvimento infantil e assegurando qualidade de vida mais digna; como por exemplo, educação, espiritualidade, saúde, cuidado, alimentação, afeto, carinho e amor.

É fundamental esclarecer que há situação de negligência, causada pela própria família ou responsáveis, no que tange ao cuidar do menor e indefeso. Vê-se que esse aspecto muitas das vezes independe da situação economicamente encontrada. Para tanto, observa-se que existem famílias abastadas, tanto financeira

---

<sup>11</sup> NASCIMENTO, Maria Lívia. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24 (n. spe), p. 39-44, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/07.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

como intelectualmente, porém negligentes, sem sequer conhecer ou saber definir seu papel em relação ao menor. Com isso, expõem a criança em situação de riscos graves, perigo como acidente doméstico e outros tipos, como abuso sexual, falta de alimentos, e cuidados necessários para um bom desenvolvimento, de modo que haja garantia de qualidade de vida.<sup>12</sup>

Para Nascimento, a família negligente é considerada culpada por suas estratégias de sobrevivência, autuada pelo que não fez, por uma falta de ação no provimento das necessidades da criança, desta forma:

[...] numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulta *versus* criança/ adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor da liberdade; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.<sup>13</sup>

Compreende-se que uma família negligente ou negligenciada está relacionada a uma situação de fragilidade, ou seja, vulnerabilidade no que tange a vários fatores, como: condições de pobreza, desequilíbrio emocional, estrutura familiar. Com isso tornam-se famílias muitas vezes problemáticas, desestruturadas, causando consequências e prejuízos graves, tanto na família como na sociedade. Diante disso, faz-se necessário analisar, rever uma estratégia das intervenções das políticas públicas de modo que possa equalizar a situação desse grupo, proporcionando um fortalecimento satisfatório.

Percebe-se que a Carta Magna de 1988 reconheceu no Art. 226 a importância da família como a base da sociedade, reservando a ela especial proteção do Estado. Este dispositivo salienta o valor da família, que desde o princípio da nossa história é o núcleo fundamental de toda a organização social. Ao analisar a legislação brasileira, notam-se diversos dispositivos que buscam garantir os direitos das crianças, no Art. 227 a CF dedicou especial atenção às crianças, estabelecendo que:

Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,

---

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para prática em serviço. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf). Acesso em: 10 set 2015.

<sup>13</sup> NASCIMENTO, 2012, p. 39.

exploração, violência, crueldade e opressão (redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).<sup>14</sup>

No mesmo sentido o Estatuto da Criança e do Adolescente preceitua em seu Art. 4º que:

Art. 4º- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.<sup>15</sup>

Analisa-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente aduz que não somente o Estado é responsável pela proteção e cuidado da criança e adolescente, mas sim também a sociedade deve ter essa preocupação de cuidar. Vê-se que essa normativa consolidou, no Art. 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.<sup>16</sup>

Para tanto, vale reler o Art. 70 e **Art. 70-A** do ECA,

**Art. 70.** É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 70-A.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) <sup>17</sup>

Diante dos fatos, vê-se que a própria lei estabelece a infância como prioridade absoluta, disponibilizando todas as garantias e direito à vida e à convivência na família. Cabe ressaltar que não se pode refutar que existem circunstâncias graves de negligências da família, as quais podem proporcionar condições de risco à vida desses pequeninos, indefesos. Vê-se a necessidade de mudança no pensar, no agir, uma reflexão no que refere ao contexto familiar, sendo necessária uma reflexão, um olhar clínico no que tange à família em situação de negligência ou negligenciada.

---

<sup>14</sup> BRASIL, 2016.

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 julho de 1990: institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069:htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 7 out 2018.

<sup>16</sup> BRASIL, 1990.

<sup>17</sup> BRASIL. 1990.

Evidentemente as famílias em situação de pobreza, sem moradia, sem acesso à saúde e educação de qualidade, negligenciadas pelo Estado, tornam-se incapazes de prover os cuidados fundamentais e prestar a assistência que uma criança necessita para seu pleno desenvolvimento.

### **2.3 Violência doméstica e intrafamiliar**

Compreende-se que se vive uma cultura de violência no Brasil, no entanto, a criança somente passou a ser sujeito de direito a partir da Constituição Federal de 1988. Até então, não tinha direito garantido. Portanto, via-se a criança como coisa, objeto. De modo que a criança era usada pelo adulto com bem pensava e entendia, acreditando que estaria fazendo o certo. Podem ser citadas algumas violências que as crianças sofrem, como: violência psicológica, abuso sexual, negligência quanto à alimentação, bem-estar, opressão, trabalho infantil, e isso tem se multiplicado, alastrado no dia a dia de convivência familiar. Isso ocorre por vários fatores que estão presentes no contexto familiar, como: estrutura familiar, conjuntural e até mesmo institucional.

Desta forma, existem famílias em condições adversas, nas quais as crianças sofrem negligência tanto no meio familiar como externo também. Salienta-se que somente a partir de 1988 que a criança muda então de figura, tendo já uma lei que garante direitos e garantias de vida mais digna. Entretanto, é preciso ressaltar que violência intrafamiliar pode ser compreendida como negligência ou omissão de cuidado, com isso causando graves consequências no processo de desenvolvimento da criança. Evidentemente, prejudica sua formação intelectual, moral e educacional. Nesse sentido, esse tipo de violência pode manifestar-se, portanto, dentro ou fora de casa por alguém que possa ser até mesmo próprio membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder a outra.

Evidentemente a violência doméstica difere da violência intrafamiliar, por envolver outros membros da família. No entanto, vê-se que a violência intrafamiliar pode apresentar vários aspectos com intensidade diversificada de graus de crueldades.



Vê-se que a violência intrafamiliar pode ser apresentada de diversas modalidades:

a) Violência Física: quando ocorrem agressões na qual afeta a integridade física da criança, como: espancamentos, castigos severos que às vezes causam marcas, lesões profundas externas e internas. Esta violência se manifesta, por exemplo, com tapas, empurrões, socos, lesões com armas ou objetos, entre outros. b) Violência Sexual: nesse caso, sexo forçado, traz constrangimentos, medo, insegurança a criança. Causando problemas como: traumas, psicológicos, mentais e moral. c) Violência Psicológica: ocorre mediante xingamentos, gritos, transtorno, humilhações, chantagens, ridicularização, etc.<sup>18</sup>

Nota-se que o Centro Estadual de Vigilância em Saúde RS (CEVS), citando a Organização Mundial de Saúde (OMS), classifica a violência em três categorias, reconhecidas e identificadas de acordo com as características do indivíduo que as comete, sendo elas, violência dirigida a si mesmo (auto infligida), violência interpessoal e a violência coletiva.<sup>19</sup>

A partir desta classificação, tem-se que a violência intrafamiliar está inserida na categoria de aspecto no sentido de violência interpessoal. Essa estabelece-se em duas espécies: violência familiar, que consiste em grandes proporções envolvendo entre os membros da própria família, acontece costumeiramente, porém não unicamente dentro do próprio lar; e a violência comunitária, que se realiza entre pessoas sem vínculo de parentesco (consanguíneos ou não) e que podem conhecer-se (conhecidos ou não estranhos), geralmente fora do ambiente do lar.

Notadamente, a violência intrafamiliar é combatida em favor das crianças e dos adolescentes. De acordo com Maria Amélia Azevedo, é a violência que consiste:

[...] numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulta *versus* criança/ adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor da liberdade; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> BRASIL, 2001.

<sup>19</sup> GOVERNO do estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde RS (CEVS). **Tipologia da Violência.** s/d. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>. Acesso em: 15 set. 2015.

<sup>20</sup> AZEVEDO, Maria Amélia. **Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes:** a ponta do iceberg, dados de incidência e prevalência. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia - Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade [s.n.], 2003, p. 34.

Vê-se que a situação no que se refere à violência intrafamiliar, em desfavor da criança, apresenta-se como uma das ocorrências sociais mais incompreensivas e muito preocupantes no momento da atualidade. É um episódio que engloba uma relação fechada na condição de desigualdade. Diante dos fatos, considera-se que, conforme as convivências estabelecidas, revela-se na sociedade como um elemento estrutural intrínseco ao próprio fato social, com isso vê-se que as palavras não têm instrumentos próprios que possam interpretar os atos de ruína, estragos, tanto no sentido psicológico quanto físico, que podem causar.

### *2.3.1 Fatores de risco para a violência intrafamiliar*

Argumenta-se que, no que se relaciona à violência intrafamiliar, pode-se apontar antecipadamente a existência de situações particulares como individuais, como também familiar e comunitária, as quais proporcionam um aumento dos riscos de incidência do problema. No entanto, conhecer, identificar e discutir esses fatores facilita na adoção de mecanismos de combate às diversas circunstâncias no que concerne à problemática da violência intrafamiliar. Alguns dos fatores de risco estão associados aos pais (ou responsáveis pelas crianças). São eles: casos de pais que já possuem um histórico de despreparo por já terem sofrido maus-tratos, como também abusos sexuais e até mesmo situações de abandono no período da infância.

Existem também outras situações, como gravidez sem planejamento, precoce, no período da adolescência, de modo que não teve um preparo psicológico, estrutura familiar. Diante dos fatos, há vários fatores que causam sérias complicações e consequências às vezes irreparáveis, transtornos na família. Pode-se alegar, ainda, situações de pai/mãe com múltiplos parceiros.

Há, ainda, fatores diversos, como a questão da ausência ou pouca demonstração otimista de afeto em relação a pai/mãe/filhos, atribuição à criança de atividades domésticas ou parentais; capacidade limitada em lidar com situações de estresse (perda fácil do autocontrole); exagero, dureza no procedimento no que tange ao método de disciplina, agindo às vezes com muito rigor; situações de pais/ mães autoritários, possessivos, excesso de proteção, ciúme em relação aos cuidados com os filhos.

Outros fatores de risco estão relacionados à própria criança: crianças separadas da mãe ao nascer por doença ou prematuridade; crianças nascidas com malformações congênitas ou doenças crônicas (retardo mental, anormalidades físicas, hiperatividade); crianças com falta de vínculo parental nos primeiros anos de vida.

Diante das circunstâncias, as situações de risco são aquelas que, quando presentes, resultam em consequências negativas e negligentes no desenvolvimento no processo infantil. Tradicionalmente, era perceptível que as situações de risco eram relativas a elementos sem ação e exaustão física, como maus-tratos e pobreza. Essa perspectiva mudou. Os estudos mais recentes salientam a relevância de averiguar o impacto no que se trata das consequências de risco, fundamentando-o como um processo.

No entendimento de Fernanda Torres de Carvalho *et al.*, os fatores de risco compreendem fatos vivenciados pela criança que ampliam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais. Já os fatores de proteção, como veremos a seguir, são influências que melhoram ou alteram positivamente respostas pessoais a determinados riscos de não adaptação.<sup>21</sup>

As pesquisadoras Luísa Helena A. P. Trombeta e Raquel Souza Lobo Guzzo, por meio de estudo realizado dentro do ambiente escolar, identificaram alguns eventos cuja ocorrência está associada a problemas de desenvolvimento de ordem emocional e social da criança. Nesse estudo, classificaram como fatores de risco: a) baixa escolaridade dos pais; b) desemprego; c) baixa renda familiar; d) falta de infraestrutura básica para moradia; e) alto índice de aglomeração nas casas.<sup>22</sup>

No mesmo sentido, Maria Glícia Rocha da Costa e Silva Noronha *et al* relacionam várias situações que podem ser consideradas como fatores de risco, podendo afetar a capacidade de resiliência de indivíduos e suas famílias, tais como:

---

<sup>21</sup> CARVALHO, Fernanda Torres *et al.* Fatores de proteção relacionados a promoção de resiliência em pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2023-2033, set., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/04.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

<sup>22</sup> TROMBETA, Luísa Helena A. P.; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes**. Campinas: Alínea, 2002. p. 15.

as condições de pobreza, rupturas na família, vivência de algum tipo de violência, entre outras perdas importantes.<sup>23</sup>

Maria Ângela Mattar Yunes e Heloísa Szymanski acrescentam a este rol de possíveis fatores de risco o divórcio dos pais, abuso sexual/físico, pobreza, perda de entes queridos, desastres e catástrofes naturais, guerras e outras formas de trauma.<sup>24</sup>

A condição de pobreza, relacionada por parte das citadas pesquisadoras como fator de risco, não é, contudo, um consenso. Yunes discorda que a situação de pobreza possa ser considerada como um fator de risco para famílias de baixa renda e afirma que:

[...] não é possível fazer inferências do tipo causa-efeito com um raciocínio linear, quando se trata de riscos psicológicos. É preciso identificar que processos ou mecanismos influenciaram o que liga risco a consequência, em um determinado ponto da história do indivíduo.<sup>25</sup>

Não se pode negar, contudo, que, independentemente da classificação adotada, os fatores de riscos apresentam-se como entrave, tanto no processo individual ou ambiental, causando um aumento no que tange à vulnerabilidade do sujeito apresentar consequências negativas em seu desenvolvimento. No entanto, a percepção, a interpretação e o sentido atribuído pelo indivíduo a esse fato é que estabelecerão se ele resultará em situações graves, com isso trazendo danos na formação e desenvolvimento na infância. Para uma determinada pessoa, um evento por ser considerado perigoso e impactante, porém o mesmo evento pode ser interpretado por outra pessoa como desafiador, estimulador de superação.

### 2.3.2 Fatores de proteção ao desenvolvimento infantil

É importante ressaltar que, no sentido geral, pode-se alegar que a precaução no que evidencia a violência contra a criança e o adolescente é de suma importância no contexto da sociedade, facultada a gravidade como marcas profundas, sequelas

---

<sup>23</sup> NORONHA, Maria Glícia Rocha da Costa e Silva *et al.* Resiliência: nova perspectiva na promoção de saúde da família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 497-500, mar-abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a18v14n2.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

<sup>24</sup> YUNES, Maria Ângela Mattar; SZYMANSKI, Heloísa. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15.

<sup>25</sup> YUNES, Maria Ângela Mattar. **A Questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 45.

físicas e psíquicas. Destacamos anteriormente alguns fatores de risco para a violência intrafamiliar, que aumentam a possibilidade de ocorrência do problema. Em contraponto, existem mecanismos que são capazes de minimizar estes riscos, são os motivos de proteção ao processo de desenvolvimento infantil.

Observa-se que os aspectos de proteção se manifestam, fundamentalmente, com quatro funções principais: reduzir o impacto dos riscos, alterando a exposição à situação estressora; reduzir as reações negativas em cadeia; estabelecer e manter a auto-estima e a auto-eficácia; desenvolver instrumentos para retroceder os impactos do estresse.

Na concepção de Noronha *et al.*, estes fatores estão relacionados inicialmente ao aspecto orgânico do indivíduo e, depois, aos aspectos subjetivos, que influenciarão a maneira como o indivíduo vai administrar a situação vivenciada no presente e, posteriormente, as redes de apoio e amparo parentais serão envolvidas. As condições econômicas, psicológicas, ambientais e familiares, inseridas pela ação das redes de apoio social na comunidade, também desempenham papel de suma importância nesse contexto protetivo. O suporte social beneficia o bem-estar do sujeito, atuando no alívio dos efeitos das condições adversas vivenciadas. No entanto, a classificação dos fatores de proteção não é um consenso dentro da literatura. Parte da doutrina classifica os fatores de proteção em dois aspectos de classe: pessoais e recursos do ambiente. Pode-se também destacar o papel da rede de apoio socioafetiva das pessoas no desenvolvimento da resiliência, e subdividir os recursos do ambiente em dois subgrupos. Nesta concepção, os fatores de proteção podem ser classificados em três classes: a) os atributos pessoais dos indivíduos; b) os laços afetivos no sistema familiar e/ou outros contextos que ofereçam suporte emocional em momentos de estresse; c) e os sistemas de suporte social que propiciem competência e determinação individual e um sistema de crenças para a vida.<sup>26</sup>

Carvalho *et al* explicam essas três categorias dos fatores de proteção:

a) Atributos pessoais: um indivíduo desenvolve a resiliência quando apresenta como atributos capacidades intelectuais, como o senso de auto-eficácia, o senso de humor e a capacidade para responsabilizar-se por outros ou participar de um esforço comunitário mais amplo. Alguns autores mencionam também o nível de atividade e sociabilidade da pessoa, a auto-estima e a autonomia. Porém, essas características não levam

---

<sup>26</sup> NORONHA, 2019, p. 498.

obrigatoriamente à resiliência, pois é preciso avaliar outras variáveis existentes no contexto e os fatores de risco existentes em cada situação. Além disso, sendo características pessoais, cada indivíduo pode expressá-las de uma forma diferente.

b) Relações afetivas no sistema familiar ou outros contextos: exercem papel de proteção as relações afetivas no sistema familiar ou entre as outras pessoas. Abrange o relacionamento familiar, laços de amizade e a vida social. Estes laços atuam no apoio emocional que indivíduo pode recorrer diante da adversidade, e que podem contribuir para que se estabeleça a resiliência.

c) Suporte social: tratam-se das relações estabelecidas na sociedade, como na escola, no trabalho, nas instituições religiosas ou unidades de saúde. Estas instituições, para que possam de fato atuar como fatores de proteção aos indivíduos, devem propiciar a competência e a determinação individuais.<sup>27</sup>

Na análise de Noronha *et al*, o apoio social contribui para o bem-estar do sujeito, atuando no alívio dos efeitos das situações adversas vivenciadas. Este apoio é capaz de transmitir benefícios físicos e psicológicos, como melhor ajustamento dos sujeitos a acontecimentos estressores. Ao avaliar as relações familiares, os autores pontuam que favorecem o desenvolvimento das potencialidades de cada um e do grupo com respeito à individualidade e à manutenção do ambiente físico e simbólico favorável às trocas e ao crescimento grupal e pessoal.<sup>28</sup>

Isadora Garcia salienta que a família é um fator importante que se insere e interfere no desenvolvimento da resiliência. Como fatores de proteção são identificados o bom relacionamento familiar, a competência materna, a construção do apego e, conseqüentemente, sua internalização. Este papel é exercido pelas famílias por meio da transmissão de valores, assim como pelas atitudes positivas dos pais sobre a importância da educação para o futuro de seus filhos.<sup>29</sup>

Quando se refere aos atributos pessoais, observa-se que mesmo indivíduos com trajetórias semelhantes se diferenciam pelo fato de alguns conseguirem superar as adversidades e outros não. Esta constatação leva a crer que algumas características pessoais são determinantes enquanto fatores de proteção, devendo ser consideradas para esta análise: gênero, temperamento, traços da personalidade, genética, relacionamento com familiares e amigos, aspectos sociais e econômicos, interação com o ambiente e estilo das práticas parentais. Para compreender

---

<sup>27</sup> CARVALHO et al., 2007, p. 2023.

<sup>28</sup> NORONHA, 2019, p. 499.

<sup>29</sup> GARCIA, Isadora. Vulnerabilidade e resiliência. **Revista Adolescência Latino-Americana**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 128-130, abr., 2001.

resiliência é necessário saber como as características protetoras se desenvolveram e como modificaram o percurso do indivíduo.

### 2.3.3 Reflexos da violência no desenvolvimento da criança

É preciso compreender que a situação no que tange ao aspecto da violência contra a criança não é recente, aliás, sempre esteve presente em nossa sociedade, Contudo, foi a partir do século XIX que se observaram os primeiros registros de preocupação no sentido das questões dos maus-tratos ou condições de negligências neste país.<sup>30</sup> É sabido que no Brasil a temática, no que concerne à violência infantil, tem sido discutida a partir dos anos 70, alcançando maior destaque nos anos 90. Conforme se observa, este aspecto compreende o cultural e o histórico que se caracteriza como um problema de saúde pública; é utilizado pela pessoa adulta responsável pela criança e, frequentemente, vem justificado como ação educativa de disciplina a qual tem proporcionado um aumento da vulnerabilidade da criança que é inserida no contexto da sociedade e que a reproduz em seu dia-a-dia.<sup>31</sup>

Pode-se definir a violência intrafamiliar como negligência ou omissão de cuidado e proteção, de modo que possa negar o direito e garantia de bem-estar, com isso beneficiando e protegendo a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. A violência revela-se nos mais diversos setores da sociedade, mas em nenhum deles se compara àquela ocorrida dentro de um lar. Neste ambiente, que é comumente associado à segurança, aconchego, é onde a violência revela-se com grande frequência. O agravante é a constatação de que ela afeta os mais vulneráveis, que são as crianças, e muitas vezes são cometidas por um membro da própria família, incluindo pessoas que passam a exercer função parental, e às vezes sem laços de consanguinidade, de relação de poder, empregados ou agregados.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> FERRIANI, Maria das Graças Carvalho *et al.* Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: a enfermagem neste cenário. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 46-54, 2001.

<sup>31</sup> HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 23.

<sup>32</sup> PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, jan.-abr., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a09.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

Nesse contexto, alguns fatores podem ajudar a qualificar as prováveis vítimas de violência familiar, por esse motivo é importante ressaltar a precisão de se estar atento aos tipos de pais que estão relacionados a um histórico com desvio de personalidade, desequilíbrio emocional, de maus-tratos e outros aspectos agressivos apresentados. Vale ressaltar que a violência contra a criança pode se apresentar também por meio de diferentes sinais e sintomas como, por exemplo, transtornos de pele, transtornos músculos-esqueléticos, viscerais, gênito-unirários, psicológicos, entre outros, como retardo pômbero-estatural e intoxicações.<sup>33</sup>

Vale salientar que, em relação à consequência de situação de agravos à saúde das crianças, é de suma importância que os sinais e sintomas sejam constatados previamente para a conscientização das famílias, desde os primeiros meses de vida, nos quais a criança é considerada profundamente dependente para o seu desenvolvimento neuropsicomotor. Infelizmente, existem muitas crianças vivendo em situação, ou seja, em condições de vida precárias, ameaçadas, negligenciadas e inseguras e que em seu próprio ambiente familiar não conseguem estímulo nenhum, para reconhecer seus valores e ter esperança, sonho de dias melhores, de modo que possa acreditar em seu potencial e em seus valores.

É notório que quando analisamos a violência familiar, destacam-se como principais fatores a manifestação de vícios, como bebidas alcoólicas e consumo de outras drogas ilícitas. Segundo a avaliação das famílias de um estudo no Estado de São Paulo, 32% afirmam que o alcoolismo contribui para a ocorrência da violência.<sup>34</sup>

Nota-se que crianças e adolescentes que sofreram alguma forma de violência intrafamiliar estão mais vulneráveis e suscetíveis de serem violentados(as) em outras esferas sociais.

---

<sup>33</sup> BRITO, Ana Maria M. *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 10, n. 1, p. 143-149, 2005. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is\\_digital/is\\_0205/pdfs/IS25\(2\)059.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0205/pdfs/IS25(2)059.pdf). Acesso em 15 out. 2015.

<sup>34</sup> ASSIS, Simone G. *et al.* Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Revista Panamericana de la Salud**, Washington, v. 16, n. 1, p. 43-51, 2004. Disponível em: [http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/Viol%C3%Aancia%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20social%20na%20adolesc%C3%Aancia%20no%20Brasil%20\(estudo\).pdf](http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/Viol%C3%Aancia%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20social%20na%20adolesc%C3%Aancia%20no%20Brasil%20(estudo).pdf). Acesso em: 15 out. 2015.



### 2.3.4 Trauma da infância e as suas consequências na vida adulta

Existem variedades de trauma na infância, com isso podem ser desencadeados transtornos possíveis de perdurar a vida toda. É cabível alegar que o trauma está relacionado a sérias situações que o indivíduo vivenciou durante sua infância, tais como: situação de violência como briga entre os pais, xingamentos, gritarias, cenas horrorosas, como filmes, exposições sexuais e outros. Percebe-se que se torna importante a pessoa reconhecer sua fragilidade, situação traumática e aceitar o tratamento. No entanto, existem pessoas na fase adulta que são extremamente traumatizadas por consequência dos maus-tratos recebidos na infância. Diante disso, destacam-se algumas situações, como: a falta de carinho, amor, atenção, afeto, compreensão, comunicação, momentos de explicação, conversa, enfim. Compreende-se que, se na infância houvesse esse empenho de cuidado, a maturidade seria desenvolvida no indivíduo, proporcionando com isso segurança, domínio e confiança. Esses traumas causados no processo de desenvolvimento infantil fazem que o indivíduo às vezes não consiga desenvolver com exatidão seu lado profissional, emocional, ter um bom relacionamento com as pessoas, de acreditar que é capaz, que tem potencial, de sentir-se útil.

Destaca-se que o trauma na infância está associado a abusos sexuais, físicos e psicológicos sofridos durante seu desenvolvimento, é impossível mensurar o impacto de determinado ato ou fato sobre o indivíduo, e mesmo acontecimentos podem ser traumatizantes e conseqüentemente lhe trazerem transtornos psicológicos. Diante disso, vê-se que, no período da infância até o processo todo da vida, o ser humano vivencia os mais variados aspectos de desafios e com isso necessita de um aprendizado contínuo; por exemplo, aprender continuamente a adaptar-se às diferentes realidades vivenciadas por situações adversas.

A vida toda o indivíduo está à procura de instrumentos e estratégias para poder superar e adaptar-se a conviver com os lutos, as mudanças e as constantes tentativas de transformar as experiências negativas em algo positivo, seja para evitar seu contato com os fatores traumáticos ou para diminuir suas reações diante deles.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> RUTTER, Michael. Resilience concepts and findings: implications for family therapy. **Journal of Family Therapy**, Malden, MA (USA), v. 21, n. 2, p. 119-144, 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-6427.00108>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Pode-se afirmar que a vida não é um processo linear, mas um caminho de perdas e ganhos onde o indivíduo precisa desenvolver um modelo, ou seja, um processo de cura do trauma de modo a aprender a conviver com a situação das perdas. É preciso compreender que esse processo de cura nada mais é que adquirir o processo da resiliência na vida dos indivíduos.

No entanto, vê-se que essa ferida é consequência de trauma, causado pela violência sofrida no período da infância da criança, por diferentes fatores. A Bíblia traz um grande exemplo de resiliência no caso registrado no livro de Gêneses 41.41-57, no que diz sobre José, governador do Egito – “José perdoou e amou seus irmãos”.

É certo que, independentemente de sua natureza, a violência traumatiza a criança, não somente traz ferida ao corpo físico, mas mental, psicológico, e desencadeia outras séries de consequências no comportamento do indivíduo. Esse indivíduo passa a apresentar muitas dificuldades no relacionamento com o próximo e falta de motivação e credibilidade de seus valores. Deste modo, perde também a confiança, esperança de ter um futuro melhor. Diante dos fatos, fica mais propenso a se entregar aos vícios, como álcool, drogas e outros. Há inversão dos valores humanos. Perde até mesmo sua identidade.

Em 2014, o Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF) divulgou um estudo sobre a violência infantil que revelou informações importantíssimas sobre a questão dos maus-tratos e dos abusos contra menores. Em meio aos alarmantes dados divulgados por esse levantamento, temos que 06 em cada 10 crianças pelo mundo sofrem castigos corporais regularmente pelas mãos de seus cuidadores. O estudo apontou ainda que 01 em cada 03 estudantes entre 13 e 15 anos sofrem com atos de intimidação constantes, e 01 a cada 03 adolescentes entre 15 e 19 anos ao redor do planeta (84 milhões) já foram vítimas de algum tipo de violência emocional, física e/ou sexual.<sup>36</sup>

Mediante esse aspecto triste da realidade, inevitavelmente são apontados interrogatórios de como esses episódios traumáticos são processados pela criança, quais as reações na vida adulta e como se pode ajudá-la a superá-los.

---

<sup>36</sup> BRASIL. **O culto a plena luz**: análise estatístico de la violencia contra los niños. Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas - UNICEF, 2014. Disponível em: [http://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/informeocultosbajoluz\\_0pdf](http://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/informeocultosbajoluz_0pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

Convém, inicialmente, realizar uma breve análise sobre o que representa o trauma. A palavra trauma significa: 1- Lesão local proveniente de um agente vulnerante. 2 - Agressão ou experiência psicológica muito violenta. O termo pode ser compreendido como uma desagradável experiência emocional de tal intensidade, que deixa uma marca duradoura na mente do indivíduo.<sup>37</sup>

Normalmente, a área da medicina se diferencia entre o trauma físico e o trauma psicológico. Embora ambos os tipos sejam gerados por uma alteração do curso normal da saúde física ou mental de um indivíduo, as causas, situações ou elementos responsáveis de uma alteração, assim como as consequências podem variar de grande maneira.<sup>38</sup>

Observa-se que o trauma na infância está associado aos abusos sexuais, físicos e psicológicos sofridos durante seu desenvolvimento. É impossível mensurar o impacto de determinado ato ou fato sobre o indivíduo, e mesmo acontecimentos podem ser traumatizantes e conseqüentemente trazerem transtornos psicológicos ao indivíduo.

Analisa-se que os indivíduos a partir de suas vivências, experiências de vida, passam a criar obstáculos e limites de proteção e segurança, todavia pode-se alegar que um trauma é uma problemática que rompe esses obstáculos e limites, com isso causa obstrução proporcionando a pessoa estagnar-se no tempo e espaço, a ficar sem ação, inerte. Evidentemente, isso excede todos os limites de segurança e suporte.

Entende-se que a situação do trauma registra feridas, marcas, sequelas profundas, trazendo sempre conseqüências, às vezes, irreparáveis na vida da criança. No entanto, os efeitos e danos que um trauma causa são oriundos do impacto, ou seja, força da violência do trauma e da capacidade de cada pessoa de processar psiquicamente a situação ocorrida. Evidentemente pode-se alegar que o trauma é capaz de causar sequelas profundas, gerar lacunas e acarretar processo de frustrações; efetivamente o indivíduo perde a motivação de realizar-se na vida. Diante dos fatos, poderá desencadear transtorno psíquico e mental, prejudicando todo o

---

<sup>37</sup> DICIONÁRIO eletrônico do Aurélio Online 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/trauma>. Acesso em: 18 out. 2018.

<sup>38</sup> EDITORIAL QueConceito. São Paulo. Disponível em: <https://queconceito.com.br/trauma>. Acesso em 20 out. 2017.

desenvolvimento da criança, seus relacionamentos, sua vida escolar, sua vida social e seu futuro profissional.<sup>39</sup>

Lucas C. Quarantini *et al.* afirmam que “abuso na infância e trauma interpessoal crônico foram frequentemente associados ao risco de se desenvolver um amplo espectro de transtornos psiquiátricos, incluindo transtornos de humor, dissociativos, de adição, alimentares e de personalidade”. Conforme a situação do trauma, quanto a intensidade e tempo na fase do processo de desenvolvimento infantil em que a criança viveu nesse contexto de situação no ambiente traumático, ela poderá desencadear sérios problemas como comportamento bipolar, transtornos de ansiedade, transtornos depressivos, transtornos comportamentais e emocionais diversos, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de estresse pós-traumático, entre outros. Nesse sentido, faz-se necessário um acompanhamento para conscientização da importância do tratamento, com profissional da área; por exemplo, com um psicólogo profissional, capaz de apontar estratégias e auxiliar na condição de qualidade de vida, com intuito de preparar e motivar para enfrentar os obstáculos que poderão surgir no desenvolvimento da criança.<sup>40</sup>

Algumas características de maus-tratos na infância podem ser enumeradas, tais como: medo intenso; perturbações do sono (dificuldade em adormecer ou em se manter a dormir, pesadelos); hipervigilância; recordações e sonhos perturbados; comportamentos agitados ou desorganizados; respostas de alarme exageradas; agressividade e depressão; alterações digestivas (anorexia, bulimia); acessos de cólera; doenças psiquiátricas: ansiedade, depressão, doenças psicossomáticas, fobias.<sup>41</sup>

Cabe salientar, contudo, haver alguns comportamentos de crianças e adolescentes vítimas de violência demonstrativos de que conseguiram superar os traumas e se adaptar de forma extraordinária, mesmo tendo enfrentado terríveis e amargas experiências em sua caminhada de vida. Portanto, vê-se que os resultados

---

<sup>39</sup> COIMBRA, Renata Maria; MORAIS, Normanda Araújo de. **A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 232.

<sup>40</sup> QUARANTINI, Lucas C. et al. Transtornos de humor e de ansiedade comórbidos em vítimas de violência com transtorno do estresse pós-traumático. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo. 2009; 31(Supl II) :566-76. p. 566. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v31s2/v31s2a05.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

<sup>41</sup> QUARANTINI, et al., 2009.

emocionais diversificam em conformidade com o comportamento psíquico, que ocorre de forma precoce nas crianças que foram submetidas a esses abusos.

Entretanto, esse processo de amadurecer precocemente é um resultado genial, que o organismo oferece para proteger o psiquismo de angústia e tristeza mais enfática. Percebe-se que a questão de dor física pode sofrer variações, sinais eminentes. E, conseqüentemente, a psíquica varia também e nesse momento pode-se identificar se o trauma se tornará uma patologia no desenvolvimento da vida adulta ou não. Essa análise e identificação são fundamentais, pois permite a aplicação de mecanismos eficazes para minimizar o impacto destes traumas na formação do indivíduo. É neste contexto que o estudo sobre a resiliência se torna relevante, pois se demonstra como um valioso instrumento para cicatrização e superação dos transtornos gerados pela violência.

O conceito chamado resiliência é tomado da Física e significa voltar ao estado normal. No entanto na área da Psicologia, pode-se alegar que a resiliência é a competência de uma pessoa defrontar com seus próprios problemas, superar obstáculos e não ceder à pressão seja qual for a circunstância. Portanto, pode-se afirmar que a resiliência é a capacidade de sobressair, vencer os entraves, de retomar de uma situação de adversidade vivida, de confrontar com seus próprios problemas e superá-los.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> NORONHA et al., 2009.



### 3 RESILIÊNCIA: UM MECANISMO IMPORTANTE PARA SUPERAÇÃO DOS TRAUMAS

O dicionário Aurélio define o termo “Resiliência” como “1- Propriedade de um corpo de recuperar a sua forma original após sofrer choque ou deformação; 2- Capacidade de superar, de recuperar de adversidades”.<sup>43</sup>

Para a Psicologia é resiliente a pessoa que consegue lidar com problemas e dificuldades e recuperar-se. A resiliência psicológica representa a capacidade de enfrentar os momentos difíceis, os obstáculos, e superá-los. Consiste em agir perante as adversidades com pensamento positivo, extraíndo aprendizados de vida das experiências ruins vivenciadas.<sup>44</sup>

Michael Rutter compreende a resiliência como uma “resistência” manifestada pelo indivíduo ao deparar-se com situações de risco psicossocial para seu desenvolvimento e funcionamento. De acordo com o autor, justamente esse caráter relativo é que faz com que o fenômeno seja observado em algumas circunstâncias, mas em outras não, dependendo da etapa do ciclo vital na qual o sujeito se encontra quando enfrenta a adversidade e do domínio examinado no estudo.<sup>45</sup> Pela mesma razão, fica excluída a possibilidade de se pensar a resiliência como um constructo universal aplicável a todas as áreas do funcionamento humano, pois, se as circunstâncias mudam, a resposta da pessoa também pode ser modificada.

Os autores Marc Zimmerman e Revalthy Arunkumar entendem que o termo resiliência refere-se ao conjunto de fatores e ao processo que interrompe uma trajetória de risco para transtornos de comportamento ou psicopatologias, resultando em respostas positivas mesmo na presença de uma situação adversa. Aplicando à área da saúde mental, esse conceito pode ser compreendido como a capacidade de o sujeito evitar a perpetuação, na vida adulta, dos conflitos e dos desajustes familiares, que vivenciou na infância.<sup>46</sup> Assim, por exemplo, mesmo que um dos pais tenha sido

---

<sup>43</sup> DICIONÁRIO eletrônico do Aurélio Online 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/trauma>. Acesso em: 18 out. 2018

<sup>44</sup> MARQUES, José Roberto. O que é resiliência? **Portal IBC** (Instituto Brasileiro de Coaching). 5 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/artigos/o-que-e-resiliencia/>. Acesso em 15 set. 2015.

<sup>45</sup> RUTTER, 1999, p. 144.

<sup>46</sup> ZIMMERMAN, Marc A.; ARUNKUMAR, Revalthy. Resiliency research: implications for schools and

alcoólatra, o filho não estará condenado a desenvolver esse problema e tornar-se também um alcoólatra na idade adulta, apesar dos altos índices de recorrência desta doença para a descendência.

Na concepção de Norman Garmezy, a resiliência é entendida como a capacidade de recuperar o padrão de funcionamento após se submeter a uma situação adversa sem que, no entanto, deixe de ser atingido por ela. Esta teoria está associada à ideia de que a pessoa resiliente, vivendo sob uma circunstância de ameaça a seu bem-estar, pode se curvar, perder suas forças e ainda se recuperar.<sup>47</sup> O destaque nesta capacidade do sujeito, para retomar os padrões comportamentais que possuía antes de vivenciar a adversidade, pressupõe que a pessoa funcionava relativamente bem ao se deparar com a situação negativa e somente a partir deste momento passa a ter dificuldades, mas que algo se produz, levando-a a retomar sua forma.

Froma Walsh vai além e formula o conceito “família resiliente”. Para a autora, está relacionado ao processo interacional que se desenvolve dentro da família, enquanto unidade funcional, ao longo do tempo, fortalecendo tanto os indivíduos que a compõem quanto o conjunto. Trata-se do mecanismo mediante o qual a família enfrenta seus períodos de crise ou desorganização, resiste às privações prolongadas e efetivamente se reordena.<sup>48</sup>

Na análise de Boris Cyrulnik, o indivíduo que apresenta resiliência mantém as marcas do risco que enfrentou. Sua história e o trauma vivenciado permanecem em sua memória e também nos seus sentimentos, mas a pessoa é capaz de se recuperar porque encontra o ânimo que a ajuda a prosseguir, superar os traumas e delinear um percurso de vida positivo, do ponto de vista cultural e social.<sup>49</sup>

---

policy. **Social Policy Report**, Washington, v. 8, n. 4, p.1-17, 1994. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/j.2379-3988.1994.tb00032.x>. Acesso em 15 set. 2015.

<sup>47</sup> GARMEZY, Norman. Children in poverty: resilience despite risk. **Psychiatry**, Londres, v. 56, n. 3, p.127-136, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00332747.1993.11024627>. Acesso em: 15 out. 2019.

<sup>48</sup> WALSH, Froma. The concept of family resilience: crisis and challenge. **Family Process**, v. 35, n.3, p. 261-81, out. 1996. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/The\\_Concept\\_of\\_Family\\_Resilience\\_Crisis\\_and\\_Challe.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/The_Concept_of_Family_Resilience_Crisis_and_Challe.pdf). Acesso em 15 set. 2015.

<sup>49</sup> CYRULNIK, Boris. **Les vilains petits canards**. Paris: Odile Jacob, 2001. p. 44.



Enfatizando a ideia de processo, Boris Cyrulnik, considera que resiliência é manifestada por um conjunto de fatores interligados entre si que se desenvolvem, no decorrer da vida, em contexto afetivo, social e cultural, podendo ser, de forma metafórica, comparado ao desafio de navegar em meio à tempestade.<sup>50</sup> É, portanto, uma história construída, quotidianamente, em cada ação, palavra por palavra, desde o princípio da vida, por meio de longo processo que se insere em um contexto específico e se reconstrói de forma coletiva, ao longo do tempo, no qual o ambiente e tudo que o compõe são coautores. O ambiente em que o sujeito vive pode ser ameaçador, colocando em risco sua qualidade de vida e trazendo sofrimento, mas ele obtém recursos e desenvolve ferramentas para enfrentar os problemas e prosseguir. No entendimento deste autor, a resiliência está relacionada muito mais ao processo evolutivo e à história de um sujeito, do que a ele mesmo. É, portanto, o caminho percorrido e desenvolvido pelo sujeito que é resiliente.

De acordo com os estudos de Emmy Werner, a resiliência pode ser classificada em 3 categorias: a) a capacidade (do indivíduo; família ou comunidade) de alcançar os resultados de desenvolvimento esperados, mesmo diante dos riscos que o ambiente apresenta, que poderiam impactar e comprometer esse processo; b) a manutenção de determinadas competências, apesar das adversidades; c) a capacidade do indivíduo de restaurar-se das adversidades enfrentadas no decorrer de sua trajetória de vida.<sup>51</sup>

Entende-se que compreender o conceito de resiliência é de fundamental importância, pois apresenta possibilidades de aplicação em diversas áreas, e pode contribuir para maior entendimento sobre o processo de desenvolvimento de saúde que se desenrola em meio ao aparente caos provocado, muitas vezes, pelos infortúnios com os quais os seres humanos se deparam ao longo de sua vida. Especialmente no que se refere ao desenvolvimento infantil, a resiliência ajuda no entendimento de por que algumas crianças, quando expostas a situações de risco, são mais suscetíveis de revelar problemas comportamentais e emocionais, enquanto outras não manifestam estes sintomas.

---

<sup>50</sup> CYRULNIK, Boris. 2001, p. 45.

<sup>51</sup> WERNER, Emmy E. Resilience in development. **American Psychological Association**, Washington, v. 4, n. 3, p. 81-85, jun. 1995. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1995-43443-001>. Acesso em 20 set. 2015.

Diante da apresentação do conceito de resiliência, vislumbra-se uma nova possibilidade de se trabalhar com os problemas experimentados por grande parte da população que, cada vez mais, está vivendo em condições adversas, exposta a um potencial de risco significativo, principalmente para as crianças que crescem nestes ambientes. Observa-se na resiliência uma poderosa e eficaz ferramenta que enfatiza a enorme capacidade de o ser humano enfrentar e superar momentos de dificuldade.

### 3.1 Desenvolvimento da resiliência

O texto bíblico de João 16.33, há o incentivo à resiliência, quando se lê “Tenho-vos dito isto, para que em mim tenhais paz; no mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo”.

Apresentou-se, no capítulo anterior, o conceito de resiliência e salientou-se sua importância como mecanismo para auxiliar na superação dos traumas vivenciados na infância. Estes mecanismos correspondem ao conjunto de estratégias pessoais desenvolvidas para lidar com os traumas. Na Psicologia, é compreendido como a capacidade de o indivíduo, face à adversidade, desenvolver mecanismos positivos de adaptação.<sup>52</sup>

E. Virginia Demos aponta que a resiliência está relacionada a fatores ambientais, e o funcionamento da família tem uma influência decisiva, de forma positiva ou negativa, sobre a qualidade das respostas resilientes da criança. A autora conceitua a “resiliência familiar” como um conjunto de características que incluem a capacidade de a família ter um funcionamento flexível e uma função de contenção dos problemas, sem os deixar invadir outros domínios do funcionamento familiar ou interferir no funcionamento da criança. Portanto, é a capacidade de uma criança fornecer respostas adaptadas em face da adversidade, sem que esta influencie no seu desenvolvimento, ou seja, a resiliência individual não é um fator inato, estático. Para Demos, a resiliência é um conceito que deve ser compreendido sob o prisma evolutivo e interativo, e está diretamente relacionado à qualidade das relações entre os pais e as crianças.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> GARMEZY, Norman. Reflections and commentary on risk, resilience and development. *In* HAGGERTY, Robert J. **Stress, risk, and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions**. New York: Cambridge University Press, p. 354-385, 1994.

<sup>53</sup> DEMOS, E. Virginia. Resiliency in infancy. *In*: Dugan, T. F.; COLES, R. (Eds.). **The child in our**

Estimular o desenvolvimento da resiliência nas crianças em situação de violência implica primeiramente em dedicar uma atenção especial às famílias, por meio de intervenções específicas de assistência. Consiste em proporcionar recursos necessários para cuidados eficazes, não só recursos financeiros (dinheiro para alimentação, moradia, saúde e educação), mas também recursos psicológicos. Se o objetivo principal é maximizar o bem-estar das crianças, é fundamental dedicar uma atenção à saúde mental e às necessidades de cuidados parentais. Outra medida importante é apoiar o funcionamento individual de cada criança, com o encaminhamento às psicoterapias e às atividades lúdicas.

O autor americano James Gabarino sistematizou um estudo sobre o desenvolvimento infantil, em que reuniu certo número de fatores individuais, relacionais e sociais que protegem o desenvolvimento e ajudam a criança a fortalecer a resiliência nas crianças, independentemente dos traumas que tenham vivenciado.<sup>54</sup>

O autor relaciona os seguintes fatores:

- a) Capacidade de tentar ultrapassar ativamente a situação traumática, em vez de reagir passivamente;
- b) Competência cognitiva;
- c) Experiências de eficácia própria, de autoestima positiva e de autoconfiança;
- d) Características do temperamento (atividade, persistência, flexibilidade e motivação);
- e) Relações estáveis com pelo menos um dos cuidadores;
- f) Modelos (exemplos) de comportamento parental e um clima educativo aberto e de estímulo a ter atitudes positivas diante de problemas;
- g) Suporte social fora da família.<sup>55</sup>

### 3.2 Fortalecimento da resiliência

A partir dos conceitos apresentados, a resiliência deve ser compreendida não como um atributo estável do indivíduo, mas sim como um processo dinâmico, iniciado após o evento traumático, e estende-se além da superação da adversidade.<sup>56</sup> A

---

**times:** Studies in the development of resiliency. Philadelphia, PA, US: Brunner/Mazel, 1989, p. 3-22.

<sup>54</sup> GABARINO, James. Children's response to community violence. What do we know? **Infant Mental Health Journal**, Michigan, v. 14, p. 103-115, 1993. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/1097-0355\(199322\)14:2<103::AID-IMHJ2280140204>3.0.CO;2-6](https://doi.org/10.1002/1097-0355(199322)14:2<103::AID-IMHJ2280140204>3.0.CO;2-6). Acesso em 15 out. 2015.

<sup>55</sup> GABARINO, 1993, p. 110.

<sup>56</sup> ARAÚJO, Ceres Alves, RIOS, Ana Maria Galvão; BORBA, Daniela (org.). **Resiliência:** teoria e práticas de pesquisa em psicologia. São Paulo: Ithaca Books, 2011. p. 54.

resiliência materializa-se na presença do risco, não para evitá-lo ou eliminá-lo, mas sim para produzir, a partir dele, características saudáveis.

Em outras palavras, está:

[...] ancorada em dois grandes polos: o da adversidade, representado pelos eventos desfavoráveis, e o da proteção, voltado para a compreensão de fatores internos e externos ao indivíduo, mas que o levam necessariamente a uma reconstrução singular diante do sofrimento causado por uma adversidade.<sup>57</sup>

Ser resiliente não representa ser invulnerável, mas ter uma habilidade de, diante de uma situação estressante, reconhecer o perigo e sentir-se por ele atingido. A pessoa resiliente, embora tenha sido marcada pela experiência traumática, manifesta a capacidade de reerguer-se e prosseguir, ou seja, embora o ambiente apresente riscos, oferece também fatores que podem proteger a pessoa, permitindo a construção da resiliência.<sup>58</sup>

Subentende-se que a resiliência demonstra uma característica diferenciada, que é a atitude de enfrentamento e reação positiva diante dos obstáculos, permitindo que os indivíduos participem de uma vida ativa e participativa. A habilidade do sujeito de se transformar, tornando-se crítico frente às situações adversas, contribui como desenvolvimento da resiliência. Dessa forma, os problemas não são encarados com passividade ou conformismo, o que é diferente de uma adaptação pura e simples, que reproduz os interesses dominantes.

Walsh considera que a resiliência implica mais do que simplesmente sobreviver à situação adversa ou escapar de alguma privação. Representa um inconformismo e uma contraposição à ideia de que os sujeitos que crescem em ambientes de risco estão, necessariamente, condenados a se tornarem adultos com problemas.<sup>59</sup>

Na visão de Gail Slap, a resiliência pode ser compreendida a partir da relação entre quatro fatores: os fatores individuais, o contexto ambiental, os acontecimentos

---

<sup>57</sup> ARAÚJO; RIOS; BORBA, 2011, p. 55.

<sup>58</sup> SILVA, Maria Regina dos Santos; ELSEN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 13, n. 26, p. 147-156, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v13n26/03.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

<sup>59</sup> WALSH, Froma. **Strengthening family resilience**. New York: The Guilford, 1998. p.12.

ao longo da vida e os fatores de proteção. Esses comporiam um “banco de recursos” para proteger as crianças de danos e lhes possibilitar a superação.<sup>60</sup>

Segundo Beng Lindström, a resiliência não desenvolve indivíduos melhores, somente mais capazes de lidar com condições de vida difíceis, já que crianças resilientes não têm, “[...] necessariamente, nenhum interesse em conceitos como humanidade, empatia ou solidariedade”.<sup>61</sup>

Sendo a resiliência um processo dinâmico, é possível desenvolvê-la e, neste sentido, a intervenção diagnóstica, psicoterápica e preventiva, além de esforços interdisciplinares empregados de forma conjunta por toda a comunidade, pode contribuir para quebrar o ciclo de violência e de dor, ou seja, as famílias, as escolas, as igrejas, as sociedades em geral têm muito a contribuir nesse processo de superação por meio da reconstrução ou fortalecimento da resiliência, ao oferecer novas possibilidades de ressignificação de vínculos e de renovação dos sentidos da autoestima e da autoeficácia. Essa contribuição pode apresentar-se de diferentes formas: pelo trabalho psicoterapêutico individual e ou em grupo (“vítimas”, “vitimizadores” e “observadores”), pela orientação dos alunos, docentes e das famílias nas escolas, pelo aconselhamento de líderes religiosos, pela atuação de grupos de apoio, e até mesmo pela produção de novos materiais na comunidade acadêmica em busca da compreensão da temática.

Para alcançar e sustentar um comportamento resiliente, é primordial garantir cuidados e apoio consistentes à criança, o mais rápido possível, especialmente das pessoas que estão primariamente responsáveis por seus cuidados.

Em contraposição à situação de risco, alguns fatores que podem contribuir para que a criança desenvolva a resiliência devem ser mencionados. Entre esses fatores, destacam-se os cuidados responsáveis e constantes direcionados à criança; as expectativas positivas nela depositadas; as relações de apego e segurança; a união e harmonia entre os membros da família; a existência de pelo menos um adulto que, mesmo na ausência de responsabilidade dos pais, demonstra verdadeiro interesse na criança, por meio de cuidado e proteção; assim como a sensibilidade

---

<sup>60</sup> SLAP, Gail B. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. **Revista Adolescência Latino-Americana**, Buenos Aires, v. 2, p. 173-176, 2001.

<sup>61</sup> LINDSTRÖM, Beng. O significado de resiliência. **Revista Adolescência Latino-Americana**, Buenos Aires, v. 2, p.133-137, 2001.

materna que, juntamente com o suporte social são, segundo Maria Regina dos Santos Silva, capazes de minimizar os problemas comportamentais e emocionais, sobretudo para crianças que crescem em ambientes considerados de maior risco ou de maiores desvantagens econômicas e sociais.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> SILVA, Maria Regina Santos. **A construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança:** o papel da sensibilidade materna e do suporte social. 2003. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, fev. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84768/191778.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez 2018. p. 23.

## **4 PROPOSITURA DE UMA NOVA VISÃO DENTRO DO CONTEXTO DA HERMENÊUTICA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Vê-se a urgentíssima necessidade de encontrar um caminho de modo a dar a sustentabilidade teológica no que tange ao cuidado, à proteção à criança, um ser incapaz, indefeso. Pode-se alegar que o coração das crianças é de quem chega primeiro. Compara-se como um terreno fértil para o plantio de coisas valorosas, como o amor à família, à sociedade e à própria vida, de modo não ser cabível descuidar, negligenciar esses pequeninos. Diante disso, não se pode esquecer de que o centro de toda estrutura teológica se estabelece ao redor e a partir do aspecto da criança. Evidentemente, o trabalho tem como objetividade averiguar a conexão entre a vivência, afinidade, intimidade, amizade em relação a Deus e a importância da infância, no relacionamento estreito entre o ser e Deus.

Na Bíblia Sagrada, no Livro de Mateus 19.14, disse Jesus: “Deixai os pequeninos e não os estorveis de vir a mim, porque dos tais é o Reino dos céus”. Essa Palavra de Jesus adverte mostrando as fragilidades, a estrutura no que tange à figura da criança. Demonstra que o adulto precisa ser como uma criança, quanto à sua fidelidade, sinceridade, humildade. Portanto, vê-se que Jesus tratou-os como prioridade no Reino, demonstrando o verdadeiro amor que Deus lhes confere.

Cabe destacar que é de suma importância proteger as crianças e adolescentes da violência, pois se trata de uma tarefa fundamental, de modo a ser capaz de orientá-los nos desafios da vida, e de como acompanhá-los nos momentos das adversidades, dos obstáculos. Todavia, compreende-se que esse papel é pertinente a todos, pois esses pequeninos serão o futuro da nação. Na Constituição Federal de 1988, essa missão é definida como prioridade absoluta a ser compartilhada pela família, sociedade e Estado.

Embora já tenha sido mencionado, o Art. 227 da Constituição Federal vale ser lembrado:

Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).<sup>63</sup>

De modo conjunto, todos devem trabalhar para assegurar às crianças o direito à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito. Também devem ser envidados esforços para colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Não se pode negar que, desde os tempos primórdios, a Bíblia, em Mateus, capítulo 18.1-6; 19. 13-15; 21.15-17 relata que Jesus sempre se preocupou, dispensou um cuidado especial aos pequeninos. Vê-se que Ele se dedicava com amor e carinho aos pequeninos, cuja figura consta entre os grupos mais vulneráveis dos tempos de Jesus. Portanto, Jesus demonstra uma lição sobre o Reino de Deus, fazendo a comparação com a figura da criança. Traz um referencial sobre o ato de pobreza de espírito ser verdadeiro, puro na sua totalidade, advertindo que todos sejamos iguais a eles.

No contexto bíblico, no livro de Mateus 15.38, diz: “Ora, os que tinham comido eram quatro mil homens, além de mulheres e crianças”. Salienta-se que está inserido em uma situação na qual retrata aos pequeninos. Vê-se que as crianças estavam presentes entre os adultos, mas não as mencionaram, por serem crianças. Pode-se dizer que elas perfaziam uma categoria invisível perante a sociedade. Diante disso, é importante salientar, que a Teologia e a graça são como um processo de intervenção no caminho da fase infantil. Para tanto, traz-se uma linguagem lúdica, apontando o excelente caminho onde encontrará refúgio, abrigo, paz, harmonia e esperança, o alicerce espiritual para estar preparado para os momentos de adversidade.

#### **4.1 Uma proposta criativa diante da problemática da violência e do abandono infantil, com base na experiência vivenciada no projeto desenvolvido com as crianças do bairro Novo Terceiro em Cuiabá (MT)**

Diante da experiência vivenciada por meio do projeto social desenvolvido com crianças em situação de vulnerabilidade da comunidade do Bairro Novo Terceiro em Cuiabá (MT), pôde-se acompanhar, analisar e conhecer de perto as dificuldades e os

---

<sup>63</sup> BRASIL, 2016.



obstáculos de cada criança no seu dia a dia. A partir de um olhar cristão e sob uma perspectiva pedagógica, percebeu-se a importância que a instrução e o ensinamento cristão exercem na formação das crianças e adolescentes e os impactos positivos no combate aos fatores de risco. Vale ressaltar que o projeto com as crianças, inserido no contexto da comunidade, foi originado de uma preocupação imensurável da própria pesquisadora. Todas as vezes que chegava do trabalho, observava as crianças na rua, era rotina para elas. Mediante esse cenário, houve uma preocupação tamanha: “Preciso fazer alguma coisa, mas fazer o quê? Como?” Após refletir muito sobre o destino das crianças de rua – pequeninos sendo criados sem orientação –, a pesquisadora procurou uma solução que pudesse lhes dar um futuro seguro, honesto e saudável.

Todavia, era perceptível que, se permanecessem naquela situação, muitos certamente se envolveriam na vereda do vício, da violência e do crime. As crianças ficavam à mercê de toda sorte. Diante disso, nasceu um grande despertar em adotá-las de alguma forma. Tomou-se a iniciativa de fazer algo para contribuir com o crescimento e poder garantir um futuro melhor àquelas crianças. Foi assim que surgiu a ideia de juntar essas crianças em sua própria casa e trabalhar com elas com palestras educativas, motivacionais, com temáticas como valorização do ser, cidadania. Foi fantástico conviver com elas.

Todas as quartas feiras, no horário das 19h às 20h30, reuniam-se para as atividades, envolvendo professores e professoras, psicólogos, advogados, militares, médicos e até mesmo vizinhos e vizinhas, para dar apoio no desempenho das atividades. Evidentemente, percebeu-se a importância e a necessidade de realizar ações implementadas no meio social, escolar e religioso, que foram pequenas medidas, mas proporcionaram um enorme efeito na mudança de situações de violência, pobreza, falta de oportunidades e de acesso à educação. Foi notório o resultado, em pouco tempo, pôde-se observar as crianças imensamente alegres, o que contagiou as pessoas adultas. As crianças aprenderam a se comportar, a se respeitar, a ter conhecimento de quem é Deus; da importância da vida, de amar ao próximo, da questão de ética e da educação religiosa. Foi uma verdadeira educação cristã. Houve êxito no projeto com a ajuda da comunidade.

Nesse sentido, procurou-se demonstrar e implantar o processo de transformação e mudança de comportamento. Ainda nos dias de hoje os participantes

do projeto se envolvem com famílias que residem em bairros muito carentes, nos quais se presenciou a enorme necessidade de apoio social às famílias com o objetivo de proteger e cuidar dessas crianças.

Ao tratar diretamente com as crianças pôde-se notar sua curiosidade. Os famosos questionamentos infantis muitas vezes deixam seus pais e mães, ou quem as educa, irritados, mas são exatamente esses anseios por aprender que dão a oportunidade de ensinar verdades preciosas a elas. A sede pelo aprendizado, quando bem direcionada, é capaz de transformar a realidade e o futuro de uma criança.

Neste contexto, a educação cristã consiste em uma ferramenta poderosa de direção espiritual à vida da criança, servindo como alicerce de modo que ela adquira resiliência para resistir às adversidades no dia a dia; e, com isso, possa seguir o caminho certo na vida. Vale ressaltar a importância de a base estar bem fundamentada, o que foi inserido no contexto da formação. Pode-se dizer que o cérebro da criança é comparado com favo de mel, precisa ser preenchido com alguma coisa. Diante disso, deve-se refletir sobre quem vai preencher e o que vai ser colocado. Evidentemente, nesse sentido é preciso que ela, desde a tenra idade, conheça os bons ensinamentos, morais, éticos e cristãos. Sendo assim, ela estará instruída não apenas nas regras de comportamento, mas também desenvolvendo a integridade moral, de modo a ser capaz de distinguir claramente a diferença entre o certo e o errado.

Observa-se que, na fase do processo de desenvolvimento infantil, muita coisa pode ser aplicada à educação da criança, para que tenha um fortalecimento na vida adulta, vida saudável de equilíbrio e domínio próprio, evitando haver distorções em seu comportamento, em sua personalidade e caráter. Para tanto, necessário se faz aplicar um método mais eficaz de instruí-la em todos os aspectos, tanto educacional quanto moral, religioso e ético. Nesse sentido, atuará de uma forma mais abrangente, em todo o processo de sua formação, como ser humano, cidadão de bem.

Diante dos fatos, vê-se que a Bíblia adverte da necessidade de ensino e evangelização na infância, o que está presente desde os tempos bíblicos. No Novo Testamento, no Evangelho de Mateus 28.19-20, Jesus dá ensinamentos a seus discípulos, ressaltando a importância da pregação, do ensino, não somente para crianças, como também para os adultos: “19. Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; 20.

Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos”.

No mesmo sentido, conforme já dito anteriormente, Provérbios 22.6 mostra a importância do ensino na formação da criança: Instrui o menino no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele. A educação com base nos princípios bíblicos é capaz de fortalecer os valores familiares e forjar o caráter da criança.

Dentro dessa perspectiva, pretende-se, de modo contínuo, contribuir com o desenvolvimento infantil saudável, com dignidade e qualidade de vida, atribuindo a todos a necessidade de estar de mãos dadas, com objetivo de lutar juntos por um modelo de vida sem violência, a fim de proporcionar um futuro mais igualitário e justo para as crianças. Para este propósito, é fundamental o comprometimento dos líderes, pastores, padres, psicólogos, em desenvolver projetos de apoio, socioeconômico, psicológico, trabalhando pela reestruturação da família, proporcionando o envolvimento de toda a família. A retomada dos valores cristãos e o entendimento da família como um projeto de Deus são essenciais na luta por uma sociedade mais justa.

Evidentemente existe um grande desafio, por se tratar de uma geração cujos valores são distorcidos, invertidos, deteriorados, não sabe o que é certo e errado, em que a moral, os valores, os bons costumes são totalmente desvirtuados e, às vezes, até ridicularizados por determinados seguimentos. Diante desse cenário, pais e mães sentem-se fragilizados, pois não sabem como administrar os problemas que vão surgindo no decorrer do desenvolvimento de seus filhos e filhas, que muitas vezes é resultado do processo educacional, cultural, moral erguido na infância, como a falta de controle, limites, sem observação e sem empregar devidamente a educação precisa ao seu processo de desenvolvimento e, principalmente, a falta de Deus em sua vida. O panorama torna-se ainda mais preocupante quando percebemos que os próprios pais e mães, ou responsáveis pela formação da criança, que deveriam ser exemplo, tornam-se atores da violência ou da má conduta.

Entende-se ser necessário haver uma mobilização nas escolas, igrejas, nas comunidades e especialmente dentro do contexto familiar, com propósitos definidos quanto à situação do processo da educação cristã para todos, em se tratando especificamente para as crianças, com isso estaria evitando, resguardando e minimizando os problemas futuros na vida adulta. O ensino e a valorização dos valores

cristãos (amor e respeito ao próximo) e da família são a ferramenta chave para o combate à violência e ao abandono infantil. Pais e mães, ou responsáveis pela criança, que seguem os preceitos cristãos e guardam seus valores compreendem que os filhos e as filhas são herança de Deus.

#### *4.1.1 Teologia hermenêutica aplicada: parábola do bom samaritano*

A Bíblia Sagrada relata uma história de um homem que descia para Jericó e que no caminho acontece uma situação inusitada: “Um assalto”. Vê-se que os salteadores bateram muito, causando ferimentos no corpo. Cabe destacar que, diante dos fatos, esperava-se um socorro. Ele estava muito machucado. (Lc 10.30-37).

Conta a história que depois de algum tempo passa um sacerdote, mas não foi ele que estendeu a mão. Olhou, viu, mas se esquivou, passou de longe. (Lc 10.31). De repente, vem um levita, o que ele faz? Passa de largo e finge que não vê. (Lc 10.32).

A cena mais importante de amor ao próximo é vista em um samaritano que era estrangeiro, estava em viagem e passava por aquele lugar; portanto, a figura muda, seu coração ficou cheio de profunda compaixão. Aproxima-se, carrega o homem, coloca-o sobre os ombros, leva-o até uma hospedaria e paga para que alguém cuide e trate do cidadão. Faz-lhe uma proposta “cuida dele enquanto eu estiver fora, porém, quando eu voltar pagarei o que for necessário”. (Lc 10.34).

A Bíblia mostra a diferença entre o sacerdote e o levita, que passaram, mas não puderam estender as mãos. É interessante observar que o samaritano usou de tamanha misericórdia, mesmo não conhecendo a vítima. Não se tratava de um parente, amigo, irmão etc., mas o que motivou dispensar o cuidado foi exatamente o amor ágape, coração cheio de compaixão, pois se deparou com um homem, um ser humano “fragilizado”, quase morrendo. Vê-se que o sacerdote e o levita rejeitaram dar apoio ao “ferido” e a atitude do samaritano surpreende: ele ajuda, limpa as feridas, carrega aos ombros e o deixa em lugar seguro. Conforme se observa a atitude do samaritano, ele não vê como obrigação fazer o bem, mas evidentemente age com a sensibilidade de atender o Outro, o qual se encontra em situação de vulnerabilidade. Salienta-se que é uma manifestação pessoal, que flui de dentro de seu interior, motivado pelo dom de Deus. Neste sentido, deparamos com inúmeros profissionais

de todas as áreas, da saúde, da educação, da política e religiosos que se deparam com situações de vulnerabilidade infantil, mais preferem ignorar. E assim vai a nossa sociedade, cada dia mais apática diante do sofrimento, sem afetos, misericórdias e amor ao próximo. Prefere não parar, pois evidentemente terá muito que fazer. Na condição da atitude de sacerdote e de levita, eles não quiseram intervir, talvez não tivessem tempo? E a dor do próximo? Não incomodou? Nesse sentido existem muitas pessoas que andam distraídas e exacerbadas com muitos afazeres, menos com a preocupação com o ser.

No século XXI, no mundo em que vivemos, vê-se que o ser humano de hoje, mesmo tendo todas as condições para ser feliz, vive vazio e insatisfeito. Compreende-se que ajudar e ter compromisso, responsabilidade pelo Outro nos proporciona praticar uma experiência de totalidade à semelhança do Bom Samaritano.

A partir deste pressuposto da atitude do samaritano, ele demonstra que não vive somente para si mesmo, mas no anseio de poder ser útil ao seu próximo, ajudar o menos favorecido, fragilizado, vulnerável. Vale ressaltar que isso demonstra que Deus está nele. O texto bíblico de Tiago 2.14, destaca que fé sem obras é vazia: “Meus irmãos, que aproveita se alguém disser que tem fé, e não tiver as obras? Porventura a fé pode salvá-lo?”

É preciso compreender a ação do samaritano como apresentada por Jesus, como uma atitude de misericórdia, caridade, compaixão e de amor ao próximo. Nota-se que não há nenhuma troca de favor, interesse, o samaritano é impulsionado a fazer gratuitamente, motivado pelo imensurável e incomparável grande amor de Deus, o que emana de seu interior e não exterior. É notória a atitude comportamental do samaritano. Observa-se um comportamento ético, generoso para com o ser humano. Com isso pode-se definir um “*ethos*”<sup>64</sup> teológico para o ser humano viver em sociedade, com respeito mútuo ao próximo, ou seja, cumprir, conforme a Escritura, a lei real: “Amarás a teu próximo como a ti mesmo, bem fazeis”. (Tg 2.8).

É interessante observar que Jesus deixou uma lição de vida. Um legado registrado nas Escrituras Sagradas. Jesus motiva a nos aproximarmos das pessoas,

---

<sup>64</sup> Significado de “*Ethos*”: “*Ethos*” é uma palavra com origem grega, que significa “caráter moral”. É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação”. (Fonte: SIGNIFICADOS. **Significado de Ethos.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/ethos/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

a ter sensibilidade com seus problemas, para que possamos interceder por elas, de modo que alcancem a graça em Jesus Cristo – o Príncipe da Paz, fonte da água viva.

#### 4.1.2 *A insignificante semente de mostarda que se transformou numa robusta árvore*

Considera-se importante neste trabalho trazer ao conhecimento ações implementadas no meio social, escolar e religioso, que exemplificam como pequenas medidas podem ter um enorme efeito na mudança de situações de violência, pobreza e educação. No exemplo a seguir, registra-se a história do desenvolvimento das Escolas Dominicais nas Igrejas que, como veremos, surgiu da visão e da ação de um único indivíduo que, ao contemplar uma preocupante realidade, decidiu intervir por meio do ensinamento bíblico. Este texto tem como referência o artigo sobre a história da Escola Bíblica Dominical.<sup>65</sup>

Relata a história que, em outubro de 1780, o jornalista Robert Raikes resolveu entrar em ação com implantação do projeto *Educação religiosa, moral e ética*, cujo objetivo principal era proporcionar uma transformação no comportamento das crianças que viviam continuamente na rua.

O relato do Robert Raikes é uma ação que mostra como é fundamental lançar a semente, independente da qualidade do solo em que se encontra. O que vale é o querer fazer e entrar em ação. Compara-se com uma minúscula semente de mostarda plantada e regada, que logo cresce e dá muitos frutos, a qual torna-se uma grande e estrondosa árvore ao redor do mundo. A Bíblia, em Mateus 17. 20, diz: “E Jesus lhes disse: Por causa da vossa pequena fé; porque em verdade vos digo que, se tiverdes fé, como um grão de mostarda, direis a este monte: passe daqui para acolá, e há de passar e nada vos será impossível”.

É de suma importância a propositura do efeito de uma ação que perdura na vida do indivíduo, proporcionando uma transformação, qualidade de vida e dignidade ao ser humano. Neste sentido, traz uma lição de reflexão nas tomadas de atitudes. É preciso frisar que existem muitas leis, que protegem, às vezes até dão as devidas garantias ao processo de desenvolvimento na infância; no entanto, são projetos somente no papel, sem ação, sem oferecer transformação ao indivíduo.

---

<sup>65</sup> BRASIL. **Escola Bíblica Dominical.** [Internet] [s.n., sd]. Disponível em: <http://www.escoladominical.com.br/home/historia>. Acesso em: 16 set. 2018.

É preciso compreender quando a Bíblia, no livro de Mateus 17.20, menciona a importância da “fé”, quando se olha para o mundo em que se vive, pode-se dizer este século XXI, em que se vê o egoísmo, o individualismo, insensibilidade, sem querer preocupar-se ou colocar-se ao lugar do outro. Evidentemente, para colocar-se no lugar do outro, exige renunciar, anular muitas coisas para ajudar o próximo; alguns desses fatores são subentendidos como tempo, dedicação, amor, caridade e também financeiro.

É pertinente preocupar-se com o futuro das crianças? Saber como elas vivem? O que pensam? Colocar-se no meio em que elas vivem. Falar a linguagem delas, escutá-las? Isso se faz necessário, para que se possa conhecer melhor e saber qual a estratégia, mecanismo a utilizar, ou seja, implantar projetos sociais, por meio de políticas públicas, com objetivo de alcançar transformações no processo de desenvolvimento infantil.

Diante desse fato, surge a preocupação de se conclamar as autoridades competentes, a comunidade, a família, para que se faça alguma coisa para que essas crianças tenham um futuro garantido, hoje ou nunca. Nesse sentido, se continuarmos de braços cruzados, com certeza as veremos atrás das grades, nos crimes, nas violências, vícios etc.

Cabe destacar a implantação de uma educação religiosa, moral e ética envolvendo toda a família e a comunidade, de modo a demonstrar a importância da valorização do ser humano. O que plantar para que se possa fazer uma boa colheita no futuro? Ser família empreendedora. Precisa-se ser cheio de amor, motivação para ajudar as crianças e adolescentes num todo. Diante disso, a atitude do jornalista Robert Raikes demonstra que tinha um coração muito cheio de amor, compaixão e misericórdia, uma visão humanista. No entanto, ele não somente fazia campanhas por meio de seu jornal para angariar doações de material escolar, mas também agasalhos, roupas, sapatos e alimentos para doações às crianças pobres.

É com este mesmo propósito que nasceu o projeto desenvolvido junto às crianças do Bairro Novo Terceiro em Cuiabá (MT). A tarefa de trazer a crianças carentes a educação e os princípios cristãos, e apresentar a elas ensinamentos que servirão para toda a vida, demonstrou-se um grande desafio. Contudo, por acreditar no poder transformador da educação, e movidos pela inquietação em ver as crianças em situação de vulnerabilidade, não se hesitou em nenhum momento em

desempenhar naquela comunidade um papel de agente de mudança na realidade. Em meio a uma sociedade dominada pela inversão de valores e distorção de princípios, acredita-se que o único remédio é levar o conhecimento desde a infância, destacando a importância da estruturação da família e dos ensinamentos cristãos.

O olhar de amor para com o próximo é um dever cristão, conforme ordenou Jesus no Evangelho de João 13.34: “um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei a vós, que também vós vos ameis uns aos outros”.

No mesmo sentido, o Apóstolo Paulo ensinou, por meio da carta aos Romanos 13.8: “a ninguém fiquéis devendo coisa alguma, a não ser o amor fraterno, com que deveis vos amar uns aos outros, pois aquele que ama seu próximo tem cumprido a Lei”. Na Carta aos Gálatas 5.14, o apóstolo Paulo ainda ensina “pois toda a Lei se resume num só mandamento, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

Com base nestes mandamentos, ao ver uma criança em situação de vulnerabilidade, o que se pode fazer-lhe? Como se podem minimizar os riscos a que ela está sujeita dentro da comunidade e da família? Como já dito anteriormente, impulsionados por estes questionamentos e com um olhar de amor e compaixão pelas crianças no Bairro Novo Terceiro, a pesquisadora e um grupo de pessoas iniciaram o projeto. Assim como os missionários Robert e Sarah Kalley, as crianças eram vistas nas ruas e, pelo amor que por elas sentiam, almejaram trazer a elas os ensinamentos bíblicos, assim como lições de moral e ética para contribuir na formação de seu caráter.

O trabalho foi estabelecido sob a ótica de dar apoio, socorro, de construção de uma ação comunitária, de modo a envolver vários profissionais voluntários, com intuito de abraçar, doar um momento de alegria, paz e garantia de uma vida de qualidade a essas crianças que às vezes se sentem desvalorizadas, menosprezadas pelos que as cercam.

Salienta-se que é por esse impulso que a pesquisadora se envolve a uma cultura de solidariedade e amor ao próximo sem olhar aquém. O resultado pessoal alcançado foram experiências inesquecíveis, de valor imensurável para a pesquisadora e para todos que direta e indiretamente se envolveram nesse Projeto. Citam-se, aqui, exemplos de pai, mãe, irmãos, tios, tias, avó e aqueles que são



responsáveis como cuidadores das crianças. O resultado coletivo foi crianças desenvolvendo seu caráter com base nos princípios cristãos, aprendendo sobre o valor da família, sobre o amor ao próximo e a importância da honestidade e da solidariedade. A cada reunião em que eram apresentadas histórias e lições bíblicas, podia-se notar claramente este desenvolvimento. Era notável o fortalecimento da amizade entre as crianças e crescente interesse em aprender sobre os bons valores.

Pela experiência vivida e pelos resultados obtidos pelo projeto, a pesquisadora vê este como um caminho para a paz dentro da comunidade e para as famílias. Um projeto simples, mas que se acredita ser como uma pequena semente de mostarda que, se plantada em um terreno fértil, como o coração de uma criança, tem o potencial de se transformar em uma grande árvore capaz de trazer grandes transformações no meio social deste globo.



## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho foi de grande valia e aprendizado para a pesquisadora, sendo o estudo desenvolvido no contexto central da temática da vulnerabilidade infantil. Também foi importante analisar os aspectos teológicos concernentes à temática da infância, especialmente a partir de textos bíblicos que mostram a atitude de Jesus em relação às crianças. Esses estudos possibilitaram apontar um caminho capaz de indicar o Reino de Deus nos dias atuais. Andar como Cristo andou é se tornar como criança. Salienta-se que o desenvolvimento do trabalho teve a preocupação de demonstrar a importância do relacionamento entre Deus, as pessoas cristãs e a sociedade.

Pelo período de de três anos e meio, a pesquisadora continua envolvida com a temática crianças e adolescentes da comunidade. Envolvimento que se confirma pela implantação dos Projetos “Momento de Alegrias” e “Turminhas das Boas Novas”.

Por fim, com base na experiência vivida, presenciada de perto com as crianças e famílias da comunidade do bairro Grande Terceiro, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, é possível apresentar algumas propostas de ações, dentro da realidade social da comunidade, que buscam minimizar o impacto dos fatores que interferem negativamente no desenvolvimento infantil. Uma dessas seria o trabalho em equipe envolvendo comunidade, família, educadores e educadoras, líderes, pastores, padres, de modo que estejam de mãos dadas, com o objetivo de buscar mudanças, transformações com aplicabilidade de projetos educativos, motivacionais e de cidadania.

Ressalta-se que o estudo realizado contribuiu para uma visão holística e uma compreensão no que tange à vulnerabilidade infantil e à importância da valorização do ser humano. O estudo sobre a resiliência proporcionou um resultado satisfatório na questão das possibilidades de transformação de vida, e de comportamento e de fortalecimento de atitudes e posturas diante das dificuldades enfrentadas. É um tema de extrema necessidade para o mundo de hoje.

Revendo as bibliografias, como a própria Bíblia Sagrada e documentos como o ECA, pode-se deslumbrar um novo caminho de sustentabilidade a esses grupos

vulneráveis. O estudo possibilitou encontrar novos caminhos para pensar em estratégias para famílias vulneráveis e, às vezes, negligenciadas.

Observa-se que não há um apoio do Estado que efetivamente proporcione acesso satisfatório ao que alegam ser os direitos fundamentais do cidadão, como educação, saúde, moradia, alimentação, esporte, lazer e segurança. Vale salientar que este trabalho trouxe muitos desconfortos e preocupações no que tange ao “cuidado”: afeto, amor, solidariedade com crianças, adolescentes e suas famílias.

Além disso, deparou-se em muitos casos com a situação difícil em que se encontram as famílias. Em muitos casos são famílias fragilizadas, negligenciadas pelas políticas públicas, pobres, vivendo num contexto de desigualdade e de exclusão social, mas incide sobre elas a responsabilização e a individualização por seu “fracasso”.

Todavia, vê-se que uma transformação da realidade só terá eficácia e eficiência se o Estado efetivamente garantir e assegurar os direitos constituídos pela lei diante dos fatos, fazer cumprir a lei, valer. Outrossim, entende-se que os ordenamentos jurídicos denotam um avanço para a aquisição e legitimação dos direitos humanos. Portanto, efetivamente desde o ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente indica a proteção integral através de políticas sociais.

Nesse sentido, compreende-se que a competência protetora da família não está dada antecipadamente, e que esta depende especificamente da qualidade de vida e do contexto social, econômico, cultural e psicológico, no qual os grupos familiares estão inseridos.

Diante dos fatos apresentados, é preciso compreender que necessário se faz ter uma visão holística no que concerne ao papel da família, de modo que ela não seja negligenciada. Vê-se que é cabível trazer uma reflexão crítica e intervenções sociais e pessoais, objetivando um cuidado com o intuito de proporcionar o fortalecimento de suas habilidades protetoras.

Desta forma, vê-se a necessidade de implantar projetos junto à comunidade, família e escola, de modo a apresentar apoio para o desempenho da função protetora da família. Lideranças religiosas (como padres e pastores) e outros profissionais (como psicólogos, profissionais da saúde, da educação) podem ser incluídos num trabalho com a comunidade e com a família, para orientá-las por meio de palestras, e

oferecer atividades de esportes, artes, teatro, músicas, enfim. Essas ações podem ajudar na qualidade de vida transformadora no todo do contexto familiar, harmoniosamente, com paz, alegria e sustentabilidade no ambiente familiar.



## REFERÊNCIAS

AMIN, Andrea Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. *In* MACIEL. Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e dos Adolescentes aspectos teóricos e práticos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ARAÚJO, Ceres Alves, RIOS, Ana Maria Galrão; BORBA, Daniela (org.). **Resiliência: teoria e práticas de pesquisa em psicologia**. São Paulo: Ithaca Books, 2011.

ASSIS, Simone G. *et al.* Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Revista Panamericana de la Salud**, Washington, v. 16, n. 1, p. 43-51, 2004. Disponível em: [http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/Viol%C3%Aancia%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20social%20na%20adolesc%C3%Aancia%20no%20Brasil%20\(estudo\).pdf](http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/Viol%C3%Aancia%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20social%20na%20adolesc%C3%Aancia%20no%20Brasil%20(estudo).pdf). Acesso em: 15 out. 2015.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes: a ponta do iceberg, dados de incidência e prevalência**. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia - Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade [s.n.], 2003.

**BÍBLIA Online**. [Internet] [s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. **Escola Bíblica Dominical**. [Internet] [s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.escoladominical.com.br/home/historia>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 julho de 1990: institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 7 out 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf). Acesso em: 10 set 2015.

BRASIL. **O culto a plena luz**: análise estatístico de la violência contra los niños. Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas - UNICEF, 2014. Disponível em: [http://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/informeocultosbajoluz\\_0pdf](http://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/informeocultosbajoluz_0pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. **Terminologia da Saúde**. Tesouro MS. Disponível em: <http://bvsmms2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=2910&n=1&s=5&t=2>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRITO, Ana Maria M. *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 10, n. 1, p. 143-149, 2005. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is\\_digital/is\\_0205/pdfs/IS25\(2\)059.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0205/pdfs/IS25(2)059.pdf). Acesso e 15 out. 2015.

CARVALHO, Fernanda Torres *et al.* Fatores de proteção relacionados a promoção de resiliência em pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2023-2033, set., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/04.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

COIMBRA, Renata Maria; MORAIS, Normanda Araújo de. **A resiliência em questão**: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CYRULNIK, Boris. **Les vilains petits canards**. Paris: Odile Jacob, 2001.

DEMOS, E. Virginia. Resiliency in infancy. *In*: Dugan, T. F.; COLES, R. (Eds.). **The child in our times**: Studies in the development of resiliency. Philadelphia, PA, US: Brunner/Mazel, 1989.

DICIONÁRIO eletrônico do Aurélio Online 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/trauma>. Acesso em: 18 out. 2018.

DICIONÁRIO eletrônico do Aurélio Online 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/trauma>. Acesso em: 18 out. 2018.

DICIONÁRIO eletrônico Michaelis de Português. São Paulo: ed. Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/neglig%C3%A2ncia/>. Acesso em: 23 set. 2018.

EDITORIAL QueConceito. São Paulo. Disponível em: <https://queconceito.com.br/trauma>. Acesso em 20 out. 2017.



FERRIANI, Maria das Graças Carvalho et al. Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: a enfermagem neste cenário. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 46-54, 2001.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário de infância e da adolescência no Brasil 2018**. São Paulo: Nywgraf Editora Gráfica Ltda, s/d. Disponível em: [https://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario\\_da\\_infancia\\_2018\\_internet.pdf](https://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario_da_infancia_2018_internet.pdf). Acesso em: 14 dez. 2018.

GABARINO, James. Children's response to community violence. What do we know? **Infant Mental Health Journal**, Michigan, v. 14, p. 103-115, 1993. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/1097-0355\(199322\)14:2<103::AID-IMHJ2280140204>3.0.CO;2-6](https://doi.org/10.1002/1097-0355(199322)14:2<103::AID-IMHJ2280140204>3.0.CO;2-6). Acesso em 15 out. 2015.

GARCIA, Isadora. Vulnerabilidade e resiliência. **Revista Adolescência Latino-Americana**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 128-130, abr., 2001.

GARMEZY, Norman. Children in poverty: resilience despite risk. **Psychiatry**, Londres, v. 56, n. 3, p.127-136, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00332747.1993.11024627>. Acesso em: 15 out. 2019.

GARMEZY, Norman. Reflections and commentary on risk, resilience and development. In HAGGERTY, Robert J. **Stress, risk, and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions**. New York: Cambridge University Press, p. 354-385, 1994.

GOVERNO do estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde RS (CEVS). **Tipologia da Violência**. s/d. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>. Acesso em: 15 set. 2015.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LINDSTRÖM, Beng. O significado de resiliência. **Revista Adolescência Latino-Americana**, Buenos Aires, v. 2, p.133-137, 2001.

LINO, Michelle Villaça. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. **Revista Instituto de Gestalt – Terapia e Atendimento Familiar (IGT)**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 2-13, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/IGTnR-2009-240.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MARQUES, José Roberto. O que é resiliência? **Portal IBC** (Instituto Brasileiro de Coaching). 5 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/artigos/o-que-e-resiliencia/>. Acesso em 15 set. 2015.

NASCIMENTO, Maria Lívia. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24 (n. spe), p.

39-44, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/07.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

NORONHA, Maria Glícia Rocha da Costa e Silva *et al.* Resiliência: nova perspectiva na promoção de saúde da família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 497-500, mar-abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a18v14n2.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, jan.-abr., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a09.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

PRATTA, Elisangela Maria Machado; SANTOS, Manoel. Antônio dos. Família e adolescência a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio-ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015. p. 250.

QUARANTINI, Lucas C. et al. Transtornos de humor e de ansiedade comórbidos em vítimas de violência com transtorno do estresse pós-traumático. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo. 2009; 31(Supl II) :566-76. p. 566. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v31s2/v31s2a05.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

RUTTER, Michael. Resilience concepts and findings: implications for family therapy. **Journal of Family Therapy**, Malden, MA (USA), v. 21, n. 2, p. 119-144, 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-6427.00108>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SIGNIFICADOS. **Significado de Ethos**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ethos/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, Maria Regina dos Santos; ELSEN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 13, n. 26, p. 147-156, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v13n26/03.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SILVA, Maria Regina Santos. **A construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança: o papel da sensibilidade materna e do suporte social**. 2003. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, fev. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84768/191778.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez 2018.

SLAP, Gail B. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. **Revista Adolescência Latino-Americana**, Buenos Aires, v. 2, p. 173-176, 2001.

TROMBETA, Luísa Helena A. P.; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes**. Campinas: Alínea, 2002.

WALSH, Froma. **Strengthening family resilience**. New York: The Guilford, 1998.

WALSH, Froma. The concept of family resilience: crisis and challenge. **Family Process**, v. 35, n.3, p. 261-81, out. 1996. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/The\\_Concept\\_of\\_Family\\_Resilience\\_Crisis\\_and\\_Challe.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/The_Concept_of_Family_Resilience_Crisis_and_Challe.pdf). Acesso em 15 set. 2015.

WERNER, Emmy E. Resilience in development. **American Psychological Association**, Washington, v. 4, n. 3, p. 81-85, jun. 1995. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1995-43443-001>. Acesso em 20 set. 2015.

YUNES, Maria Ângela Mattar. **A Questão triplamente controversada da resiliência em famílias de baixa renda**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

YUNES, Maria Ângela Mattar; SZYMANSKI, Heloísa. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZIMMERMAN, Marc A.; ARUNKUMAR, Revalthy. Resiliency research: implications for schools and policy. **Social Policy Report**, Washington, v. 8, n. 4, p.1-17, 1994. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/j.2379-3988.1994.tb00032.x>. Acesso em 15 set. 2015.